



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FRANCISCO DIOGO DA SILVA

**APLICABILIDADE E APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO ENSINO DE
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO DE CUNCAS-BARRO (CE)**

JOÃO PESSOA -PB

2023

FRANCISCO DIOGO DA SILVA

APLICABILIDADE E APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO DE CUNCAS - BARRO (CE).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Dra. Surya Aaronovich Pombo de Barros

Área de Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA -PB

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Aplicabilidade e aplicação da lei 10.639/03 no Ensino de História da Educação Básica
do distrito de Cuncas, Barro, Ceará**

Dissertação aprovada em sessão pública em 04 de agosto de 2023

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS
PPGH-UFPB
Orientadora

PROF. DR. ISRAEL SOARES DE SOUSA
(UFCEG - Examinador Externo à Instituição)

PROF. DR. ELIO CHAVES FLORES
(Examinador Externo à Instituição)

PROF. DR. ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA
(UFPB - Examinador Interno)

Dedico a todos que acreditam em mim e torcem pelo meu sucesso pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me permitiu chegar até aqui.

À minha família que soube entender os momentos de ausência para dedicação ao estudo e persistência para alcançar meus objetivos.

Aos meus sobrinhos Christian Levy e Melinda por fazerem iluminar minha mente e me transbordar em alegria.

Ao professor Élio Chaves Flores, pela competência na condução da orientação. Agradeço a paciência e o auxílio nos momentos mais delicados.

Às professoras, estudantes, e equipe gestora da Escola Professora Catarina Tavares que participaram efetivamente, contribuindo para a realização desse estudo. Sem a disponibilidade de vocês, certamente nada disso teria sido possível. Muito obrigado!

À banca de qualificação e defesa, representada por Ângelo Emílio da Silva Pessoa e Israel Soares de Sousa, pelas contribuições imprescindíveis durante a caminhada. A partir das importantes indicações, ele fora melhorado e amadurecido.

As minhas amigas da graduação Lilian Beserra e Samira Tavares que sempre me apoiava e torce pra meu sucesso. A vocês, minha gratidão e amor.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, fazem parte da minha vida e da minha história.

[...] não basta à constatação da multiculturalidade se não houver a indicação de um projeto, de uma intencionalidade para nela atuar. (LIMA, 2014, p. 398)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar as vivências e protagonismo juvenil por meio de entrevistas em torno da aplicabilidade da lei 10.639/03 desenvolvida na Escola da Rede Municipal Professora Catarina Tavares, no distrito de Cuncas, Barro-CE tendo em vista a relevância na luta antirracista. Na perspectiva de inserir no currículo escolar local o desenvolvimento de aplicabilidades em torno do tema e da importância da luta antirracista e do protagonismo negro no Brasil a mesma representa uma continuidade dos estudos na área da Educação e do Ensino de História. Teve como objetivo específicos, analisar os impasses, barreiras, ausências e continuidades do projeto nos anos seguintes na busca do conhecimento, valorização e respeito nas relações étnico-raciais, assim como, investigar como o distrito de Cuncas, Barro-CE está articulado e organizado em termos legais na formação continuada dos educadores barrenses nas abordagens propostas na lei 10.639/03. Os estudos que norteiam a pesquisa estão fundamentados no tripé identidade, currículo e interculturalidade. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, tendo como principal fonte as entrevistas dos sujeitos participativos do projeto “Eu, tu e nós: somos todos África”, documentos locais, regional e federal, imagens e referências bibliográficas de autores(as) que problematizam os conceitos propostos na presente dissertação. Com a aplicabilidade realizada durante as vivências do projeto realizado, em 2019, novos horizontes se abriram possibilitando o desenvolvimento de práticas educativas que abordem a cultura, história e identidade do povo negro brasileiro. A proposta da interculturalidade como elemento norteador do currículo escolar pode contribuir para galgar resultados positivos no que se refere à educação e no combate às práticas racistas.

Palavras-chave: Ensino de História. Currículo. Identidade. Lei 10.639/03

ABSTRACT

This dissertation has the general objective of analyzing the experiences and youth protagonism through interviews around the applicability of law 10.639/03 developed at the Escola da Rede Municipal Professora Catarina Tavares, in the district of Cuncas, Barro-CE, in view of the relevance in the struggle antiracist. In the perspective of inserting in the local school curriculum the development of applicability around the theme and the importance of the anti-racist struggle and black protagonism in Brazil, it represents a continuity of studies in the area of Education and Teaching of History. Its specific objective was to analyze the impasses, barriers, absences and continuities of the project in the following years in the search for knowledge, appreciation and respect in ethnic-racial relations, as well as to investigate how the district of Cuncas, Barro-CE is articulated and organized in legal terms in the continuing education of educators from Barrense in the approaches proposed in law 10.639/03. The studies that guide the research are based on the tripod identity, curriculum and interculturality. The methodology used was of a qualitative nature, having as its main source the interviews of the participating subjects of the project “I, you and we: we are all Africa”, local, regional and federal documents, images and bibliographical references of authors who problematize the concepts proposed in this dissertation. With the applicability carried out during the experiences of the project carried out, in 2019, new horizons opened up, enabling the development of educational practices that address the culture, history and identity of the Brazilian black people. The proposal of interculturality as a guiding element of the school curriculum can contribute to achieving positive results in terms of education and in the fight against practices

Keywords: Teaching of History. Curriculum. Identity. Law 10.639/03

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CE	Ceará
CNE	Conselho Nacional de Educação
CREDE 20	Coordenadoria Regional do Desenvolvimento da Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
PNC	Parâmetros Nacionais Curriculares
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria Municipal de Educação
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará

LISTA DE IMAGENS

Figura 1- Localização do município de Barro-CE	25
Figura 2 - Imagem área do município de Barro-CE	25
Figura 3 - Entrada da escola estadual em Iara-CE.....	26
Figura 4- Entrada lateral e principal da escola campo da pesquisa.....	27
Figura 5 - Mapa com os distritos da cidade de Barro-CE	29
Figura 6 - Apresentação do projeto aos alunos	42
Figura 7 - Ensaio da peça “A resistência Negra”	43
Figura 8 - Imagens do ensaio da dança da capoeira e maculelê	45
Figura 9 - Apresentações culturais de dança e teatro na I fase do projeto	46
Figura 10 - Cartaz e mesa de convidados na culminância da I fase	47
Figura 11 - Miss afro com equipe de professores e gestão escolar.....	48
Figura 12 - Aula de campo na comunidade quilombola dos Vassourinhas, em Porteiras-CE	59
Figura 13 - Registros da aula de campo na comunidade do distrito de Vassourinhas, em Porteiras- CE	60
Figura 14 - Turma do 6º ano apresentando a culinária africana	71
Figura 15 - Turma do 7º ano apresentando a religiosidade afro-brasileira	72
Figura 16 - Turma do 8º ano apresentando as danças afro-brasileira.....	72
Figura 17 - Turma do 9º ano apresentando as personalidades negras e máscaras africanas	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Contextualizando o campo temático da pesquisa	2
“Quem é o pesquisador?”	5
Perspectiva metodológica e estrutural da dissertação	7
 CAPÍTULO 1 - DESCOLONIZAR O ENSINO DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES PARA APLICABILIDADES DA LEI 10.639/03 NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	17
1.1. O currículo como diretriz no combate à educação racista no ambiente escolar	18
1.2. O currículo como ferramenta formativa na construção de aplicabilidades da lei 10.639/03	19
1.3. Aplicabilidades em busca de valorização da identidade negra no currículo escolar	21
1.4. Os avanços no currículo escolar da Rede Municipal de Barro-CE em torno de aplicabilidades da lei 10.639/03	25
 CAPÍTULO 2 – DESDOBRAMENTOS E APLICABILIDADES DA LEI 10.639/03 NO SISTEMA EDUCACIONAL BARRENSE	33
2.1. Rompendo barreiras: os desafios da escolarização negra e a luta pelo acesso à educação	33
2.2. A visibilidade consentida e conquistada nos currículos escolares	35
2.3. Vivências pedagógicas de aplicabilidades da lei 10.639/03 no sistema educacional do município de Barro – CE	40
 CAPÍTULO 3 - BRASIL E ÁFRICA: A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NO ENSINO DE HISTÓRIA COMO PROPOSTA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BARRO (CE)	51
3.1. Narrativas docentes sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/03	53
3.2. O ensino da história e da cultura afro-brasileira na percepção dos alunos do ensino fundamental da Escola Professora Catarina Tavares, em Cuncas, Barro, Ceará	58
3.3. Análises da experiência vivenciada pelos estudantes em torno da aplicabilidade da lei 10.639/03 em Cuncas-CE	68
3.4. Relatos da vivência dos estudantes na II Fase	71
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	82
FONTES	82
ENTREVISTAS	83
BIBLIOGRÁFICAS	85
APÊNDICE A	91
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	94
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	96
APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E GRAVAÇÕES	97

INTRODUÇÃO

Problematizar e discutir acerca de práticas educativas desenvolvidas no cotidiano escolar é assumir o risco da ousadia, é manter-se fiel às fontes (antes, durante e pós-pesquisa) para a obtenção de resultados mediante as análises realizadas e construídas. Devemos levar em consideração a subjetividade dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem e a complexidade da temática a ser abordada e discutida pelo docente. É de suma importância o reconhecimento de que como a educação influencia, forma sujeitos, modela projetos de sociedade.

A escola, como um ambiente de formação cidadã onde convivem cotidianamente uma diversidade de grupos sociais e étnicos, oportuniza para todos os envolvidos relações de identidade, respeito, valorização, harmonia e conflitos em torno da personalidade e lugar social dos mesmos. É nesse ambiente que o contexto da pesquisa desenvolveu-se apresentando um novo olhar nos mecanismos de práticas educativas no Ensino de História visando as possibilidades de vivenciar no âmbito escolar a aplicabilidade da lei 10.639/03.

A presente dissertação visa contribuir como uma ferramenta pedagógica que auxiliará os educadores gestores em seus planejamentos pedagógicos e na elaboração do currículo escolar, e no incentivo ao estudo proposto pela lei 10.639/03. Para tanto, o presente estudo é apenas um exemplo de aplicabilidade desenvolvida com êxito em uma instituição escolar da Rede Municipal de Barro-CE, escola professora Catarina Tavares, no distrito de Cuncas, Barro, no ano de 2019, objetivando a aplicabilidade da referida lei na grade curricular da instituição local.

Aqui, quando me refiro a aplicabilidade, enfatizo o estudo de práticas educativas e pedagógicas desenvolvidas nas instituições locais seja através de projetos pedagógicos, exposições culturais, apresentações culturais de danças e teatro, entre outras atividades de ação ou intervenção pedagógica no ambiente escolar em torno do estudo da História da Cultura Africana e Afro-brasileira no processo de ensino-aprendizagem e formação intelectual dos sujeitos que são a base dos ambientes escolares. Ao mesmo tempo que se tem o conhecimento teórico sobre os eixos temáticos propostos no documento, também auxiliará no desenvolvimento de aplicabilidades que realizem o estudo na prática sobre as temáticas com eficiência, competência, conhecimento e habilidades no desenvolvimento das ações.

Diferentemente, ao me referir em aplicações da lei 10.639/03, saliento os mecanismos existentes criados pelo Governo Federal, Estadual e Municipal para a efetivação da lei 10.639/03 no currículo escolar das instituições de ensino público e privado do país. Aqui, refiro-me não somente a existência de documentos legais que buscam promover o estudo da lei no desenvolvimento de aplicabilidades. Refiro-me também, além dos materiais, é preciso pensar na formação docente. Como utilizar materiais sem um processo formativo? E sem investimento?. Portanto, aqui as aplicações ficam restritas apenas na teoria, não buscando metodologias para a efetividade da mesma na vivência pedagógica.

O estudo da vivência pedagógica mediante o desenvolvimento da lei 10.639/03 focará na inserção dos eixos temáticos estruturados para o estudo no ambiente escolar propostos na elaboração de seu documento. Assim sendo, busco discutir as análises da vivência pedagógica da aplicabilidade através do projeto “Eu, tu & nós: somos todos África” na vida dos sujeitos participativos (estudantes, professores e gestão) através da realização de entrevistas analisando as contribuições, dificuldades, ganhos, permanências e ausência dos conhecimentos adquiridos e acumulados durante o processo até os dias atuais, enfatizando assim, a valorização do estudo das culturas africanas e afro-brasileira no currículo escolar da instituição municipal professora Catarina Tavares.

Contextualizando o campo temático da pesquisa

No ano de 2003, durante o governo do ex-presidente da República Brasileira Luíz Inácio Lula da Silva, mediante a longa trajetória de lutas propostas pelos movimentos sociais negros e através de diversas discussões de lideranças políticas, intelectuais negros e do MNU (Movimento Negro Unificado), o povo negro brasileiro obteve uma grande vitória, a criação da lei federal nº 10.639/03.¹

Sendo o estudo da presente dissertação, a lei apresenta em seu documento oficial diretrizes a serem abordadas e trabalhadas pelos professores e instituições

¹ A lei 10.639/03 que altera a redação da LDB e inserindo eixos temáticos da cultura africana e afro-brasileira. Sendo assim, a referida alteração constitucionaliza um novo olhar no ensino de História. Autores como o Kabengele Munanga (1996), em “Estratégias e Políticas de Combate à discriminação Racial”, “Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira” (1998) e “O Negro no Brasil de hoje” (2006), Rosa Margarida (2000), em seu “Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro”, Hebe Mattos e Martha Abreu (2003) ressaltam em seu “Ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil” apresentam discussões relevantes sobre a mudança no currículo escolar para abordagens de estudos em torno da lei 10.639/03.

escolas públicas ou privadas, conhecimentos sobre a história da cultura africana e afro-brasileira. Dentro do estudo da referida lei, os educadores devem ressaltar além da teoria, aulas práticas que contribuam para a formação dos estudantes e no conhecimento da história do povo negro brasileiro. Aqui, quando me refiro ao termo povo negro brasileiro, enfatizo a importância social e política da criação do mesmo que busca identificar, marcar, resgatar e valorizar heranças culturais (culinária, religiosidade, música, arte, danças, lideranças, personalidades e movimentos sociais) importantes para a compreensão da história de formação e identidade brasileira.

Refletir sobre a história do povo negro brasileiro e da sua cultura é buscar considerar as lógicas simbólicas elaboradas ao longo da historiografia por um determinado grupo sociocultural. Para tanto, Nilma Lino Gomes (2003, p. 8), “se partirmos do pressuposto de que o nosso país, hoje, é uma nação miscigenada, diríamos que a maioria da sociedade brasileira se encaixa nesse perfil, ou seja, uma grande parte dos brasileiros pode se considerar descendente de africanos.” Ao mesmo, Kabengele Munanga (2000, p. 90), “para que os elementos culturais africanos pudessem sobreviver à condição de despersonalização de seus portadores pela escravidão, eles deveriam ter, *a priori*, valores mais profundos. A esses valores primários, vistos como continuidade, foram acrescidos novos valores que emergiram do novo ambiente.”

Nas falas dos autores acima, podemos analisar o processo de lutas e resistências que o povo negro enfrentou e que continua a enfrentar nos dias atuais em busca de melhores condições sociais no país. Além disso, com a criação da lei 10.639/03, a mesma propôs uma data específica no calendário, dia 20 de novembro, dia do assassinato do líder Francisco Zumbi, popularmente conhecido como Zumbi dos Palmares. A data requer um momento de reflexão e conscientização de nossas atitudes e ações na luta antirracista e no combate ao preconceito e discriminação racial.

Tais ações em comunhão com o planejamento das aulas elaborados pelos docentes, contribuem para o desenvolvimento e aplicabilidades da lei 10.639/03 utilizando-se de artifícios em vivências práticas a partir de oficinas de teatro, música e dança, entre outros processos metodológicos que propiciarão caminhos práticos focando na desmitificação de conceitos e estereótipos em torno da história e cultura africana. Busquei assim, retirar e levar todo suporte teórico e adquirido no decorrer da

minha formação acadêmica, o desenvolvimento de uma prática educativa que objetivou a aplicabilidade da lei na escola local, assim como, desmitificar e descolonizar o currículo institucional e as mentalidades estereotipadas em torno da cultura do povo negro africano e brasileiro. Para tanto, antes de tudo, se faz essencial, combater o apagamento histórico existentes nos materiais didáticos e nas aulas de história, para dialogar e discutir diretrizes de implantação da lei e conseguinte a sua aplicabilidade na prática da mesma na vivência educacional e intelectual da localidade.

Diante disso, o pesquisador tendo como bases teóricas autores que abordam a temática, busquei dialogar com as hipóteses, problemas e práticas educativas significativas para a formação da mesma no espaço escolar. Um dos principais problemas existentes para a aplicação da lei, é a ausência de formações para qualificar os professores e capacitá-los com a temática.

Assim, nas falas das autoras Gomes e Silva (2011), é de suma importância que as instituições de ensino, Secretarias de Educação e os educadores priorizem a importância da formação continuada dos mesmos, para que estejam aptos a abordar, discutir e construir com os estudantes os conhecimentos existentes e propostos no estudo da lei 10.639/03. Para isso, é importante a inserção dos movimentos negros nos espaços escolares, formando e debatendo temáticas importantes de suas culturas. Letramento racial.

Diante disso, Gomes e Silva (2011, p.14) analisam a questão e pontuam a necessidade, exemplificando:

Questões, até pouco tempo, não levadas seriamente em conta, mas que as pesquisas e os debates de caráter pedagógico relativos à construção das identidades, valores, ética, religião, relações de gênero, de raça, de trabalho têm mostrado serem relevantes dimensões na atuação profissional dos(as) professores(as). É nesse ponto que a diversidade étnico-cultural começa a ser reconhecida como uma questão (mais do que uma temática) que precisa ser articulada à formação de docentes e às práticas educativas escolares e não escolares. (GOMES e SILVA, 2011, p.14).

Conforme as autoras, não é possível refutar o diálogo sobre questões relevantes, sendo indispensável que os educadores estejam bem preparados para a discussão dessas questões. Da mesma forma, estejam sendo bem preparados, formados e qualificados para abordarem com a gestão escolar e o corpo estudantil das instituições nas quais se encontram vivenciando à docência as variedades das questões sociais e étnicas, de tal modo, que haja uma reflexão e mediação do conhecimento

entre todos. Nesta perspectiva versa a intencionalidade quanto ao desenvolvimento desta pesquisa com as questões envolvendo o ensino de história, identidades, culturas africanas e currículo escolar. Enquanto cidadão negro foi possível analisar e perceber questões diversas e similares na vida social e na prática docente.

“Quem é o pesquisador?”

Nasci no município de Barro, mas nunca cheguei a residir na sede do mesmo. Toda minha infância e adolescência cresci no distrito de Iara, Barro. Em 2021 fui aprovado no Processo Seletivo no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa-PB, onde resido atualmente. Toda minha formação básica e as primeiras vivências na prática docente foi na localidade onde cresci, em Iara, um dos oito distritos pertencentes à cidade de Barro. Sou o primogênito de uma família humilde e pobre do interior do Ceará. Filho de uma mulher branca, paraibana “arretada”, trabalhadora, dona de casa e que sempre buscou o melhor pra seus filhos: Felipe Diego da Silva (irmão por parte de “mainha” – Maria Aparecida da Silva, o caçula da família), Francisca Diana da Silva, a que veio depois de mim e Ana Maria da Silva, ambas minhas irmãs por parte de pai e mãe; filho de um pernambucano, um homem negro que sempre enfrentou problemas ao longo da vida, principalmente, no que se refere a dinheiro para comprar o essencial para a vida (água, comida e um teto). Nunca chegamos a morar juntos. Eu e meus irmãos fomos criados por “mainha” e por minha vó “Baiana”, vó na qual adotou “mainha” quando era criança. Porém, nunca nos faltou o que comer ou material escolar. Minha mãe é uma mulher branca, guerreira e batalhadora, buscando sempre fazer seus filhos felizes com o pouco que recebe em faxinas e auxílios do governo Bolsa Família; meu pai, homem negro, bruto, não teve uma vida ao nosso lado, nem tampouco ajudou-nos quando precisávamos. Seguiu a sua vida e acabou se entregando ao vício do álcool; minha vó que carinhosamente, a chamava de “vozinha baiana”, minha referência de ngritude. Era descendente de uma comunidade quilombola. Sempre nos incentivou a crescer e lutar por nossos sonhos.

No campo educacional, minha formação básica foi um ambiente de vários ataques preconceituosos e racistas, não apenas comigo, mas com todos os estudantes negros existentes na sala de aula. Não foram uma, duas ou três vezes. Perdi a contagem de quantas vezes fomos agredidos por palavras e fisicamente no ambiente escolar,

principalmente, quando estava cursando o 6º ano na Escola Expedito Álvaro Feitosa. Inúmeras vezes, mainha, vovó e até minha madrinha se deslocaram até a escola buscando respostas aos ataques e agressões sofridas, como também resolver a situação. A resposta sempre era a mesma. Que nós eramos crianças e não sabíamos o que estávamos falando, nem tampouco, sabíamos o que significava racismo e preconceito. Desta forma, o presente estudo busca também avaliar as instituições em relação a sua postura e atitudes referentes as práticas racistas. Será que a escola mudou sua postura de encarar essa realidade? Até mesmo porque, não nascemos racista, mas aprendemos a sermos. Para tanto, a educação é essencial para a mudança de atitudes. Mas sempre recebiam da gestão escolar respostas que iriam “punir” os agressores aplicando advertências ou suspensões. Na prática, era apenas um dia e tudo voltava ao “normal”. Porém, nada de ocorrências poderia ser registrada nos livros da instituição.

Cheguei a querer em não ir mais a escola. Aquele ambiente no qual me sentia bem em está entendendo e conhecendo o mundo. Cheguei a perder um bimestre letivo. Não queria voltar e nem tampouco ver ninguém. Ao passar do tempo fui amadurecendo graças a conversas de familiares, professores e médicos. Voltei aos poucos, e desde então, juntamente com outros aspectos vivenciados durante minha infância e vida educacional, que me interesse em mostrar quem somos para o Brasil e o mundo. Histórias de mulheres e homens negros que fizeram e fazem história e que nos deixaram uma cultura viva rica em nossa sociedade.

Durante as aulas de história, os ataques eram constantes. Quando os conteúdos programáticos eram sobre a África e seus povos, as professoras ressaltavam sempre que os povos europeus, não realizavam ataques, e nem tampouco escravizavam os povos africanos e indígenas, mas sim, o que ocorreu foi uma troca entre os dois grupos, mercadorias (objetos e metais preciosos) por mão de obra. Diante dos posicionamentos nas falas das professoras, os estudantes brancos em sala atacavam com piadinhas racistas os demais colegas negros. Sabemos que a narrativa das professoras não é verídica. A história do povo africano é baseada por invasões de nações europeias em seu território com vários intuitos a cumprir, levar Deus (o Cristianismo) a esses povos, domínio e exploração de novas terras, busca por metais preciosos e, principalmente, mão de obra.

Era comum no interior das salas de aulas ocorrerem difamações com o uso de frases do tipo “estão vendo onde é o lugar de vocês”, “vocês são uma raça podre e fedorenta, tem que trabalhar limpando o chão e banheiro”, “bandos de macacos”, dentre outras. Nunca houve repressão por parte da gestão escolar ou das docentes para punir tais atrocidades. Muitos acabavam desistindo de estudar ou pediam transferência para outra escola, mesmo sabendo que seria difícil não vivenciar os mesmos ataque.

Sendo assim, nunca houve durante a minha formação básica, principalmente no Ensino Fundamental II, uma intervenção pedagógica dos educadores e nem tampouco da gestão escolar problematizarem na teoria e na prática ações educativas em torno da história do povo negro brasileiro, da cultura africana, das comunidades quilombolas, das heranças culturais e religiões, dentre tantos outros campos temáticos que possibilitassem o conhecimento, a valorização e o respeito em torno das situações vivenciadas por nós sujeitos negros no ambiente escolar.

Diante dos fatos expostos e vivenciados por mim durante minha formação básica em Iara-CE, fui levado a questionar a sociedade da qual faço parte em torno dos ataques racistas e discriminatórios que os sujeitos negros sofreram e sofrem cotidianamente no ambiente escolar da comunidade local. Como também, problematizar a ausência de estudos em torno da cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino. É um desejo meu, futuramente desenvolver um projeto social na minha comunidade que venha conscientizar sobre a importância da identidade negra e da cultura africana existente no Brasil em busca da implantação e aplicabilidade da lei 10.639/03 no currículo escolar.

A aplicabilidade do projeto pedagógico “*Eu, tu & nós: somos todos África*” foi uma proposta de intervenção escolar desenvolvida na instituição da rede pública municipal Professora Catarina Tavares, localizada no distrito de Cuncas, em 2019. A aplicabilidade objetivou o diálogo com a gestão escolar e as educadoras de história da escola local tendo em vista a relevância da aplicação da lei 10.639/03. As análises dos resultados foram baseadas a partir do desenvolvimento de uma pesquisa-ação e que estão contidas na monografia do presente pesquisador intitulada “*Somos todo África: vivências pedagógicas da lei 10.639/03 na educação básica do distrito de Cuncas, Barro, Ceará*” (Universidade Federal de Campina Grande, História, 2021).

Perspectiva metodológica e estrutural da dissertação

Estar inserido no interior de um universo educacional provoca nos sujeitos envolvidos inquietações e curiosidades ao observar determinados fenômenos em busca da compreensão dos mesmos, principalmente, nas vivências sociais e educacionais.

Seguindo o ofício de historiador e educador, busco sempre dialogar no interior das salas de aulas um pouco dos conhecimentos adquiridos e acumulados durante toda

minha formação acadêmica. Para tanto, enfatizo que durante a vivência de ensinar História e estudar a cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, contribui para a formação cidadã dos mesmos, se for trabalhada com eficiência, responsabilidade e compromisso. Para tanto, o historiador Eric Hobsbawm nos afirma que, “a história está empenhada em um projeto intelectual coerente, e fez progressos no entendimento de como o mundo passou a ser hoje” (1998, p. 10). Sendo assim, não existem dúvidas de sua transmutação, e desta forma, a educação, em sentido amplo, é influenciada por aspectos sociais, econômicos, culturais e religiosos que são desdobrados no ambiente escolar. A abordagem no ensino de história para Bittencourt:

O ensino de História se destaca por mudanças marcantes em sua trajetória escolar que a caracterizavam, até recentemente, como um estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã, apresentada por uma sucessão cronológica de realizações de “grandes homens” para uma “nova” disciplina constituída sob paradigmas metodológicos que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial. No Brasil, a História escolar, sob diferentes denominações, História Universal ou História da Civilização, História do Brasil ou História da Pátria..., são indicativas de um percurso de mudanças quanto aos objetivos, conteúdos e práticas educativas do século XIX aos dias atuais (BITTENCOURT, 2018b, p. 127).

As alterações ocasionadas nos currículos escolares brasileiros, particularmente, na grade curricular da disciplina de História estão passando por novos olhares de sujeitos históricos que antes a historiografia (estudiosos e autores brancos europeus e brasileiros) tornaram ao longo do tempo esquecidos e apagados da nossa formação básica. Esses olhares e novas fronteiras vem a passos lentos ganhando visibilidade nos cenários sociais e políticos do Brasil.

Diante disso, busquei analisar através da realização de entrevistas com estudantes, docentes e gestão escolar as seguintes hipóteses: “Como sua vivência no projeto pedagógico Eu, tu & nós: somos todos África, modificou sua vida? Quais barreiras e avanços existentes a instituição local vivencia para a efetivação e desenvolvimento de aplicabilidades em torno da lei 10.639/03? A aplicabilidade vivenciada em 2019, permanece sendo efetivada no decorrer dos anos; os ataques racistas e preconceituosos diminuíram no ambiente escolar pós realização do projeto; e quais os pontos positivos e negativos adquiridos em sua vivência no projeto”.

A partir da vivência do projeto de intervenção visando a aplicação da lei 10.639/03 através do desenvolvimento da aplicabilidade do projeto pedagógico na

instituição local, reescrevi novos horizontes e histórias. Sendo assim, a presente dissertação consiste em analisar as vivências dos sujeitos participativos do projeto pedagógico tendo em vista os avanços e barreiras pós culminância no período de 2019/2023. Para entendermos como se dão os processos de desenvolvimento das práticas educativas dos docentes, assim como o desenvolvimento de sua conscientização, busquei reflexões do maior educador brasileiro, Paulo Freire que nos afirma:

Distanciando-se de seu mundo vivido, problematizando-o “descodificando-o” criticamente, no mesmo movimento da consciência o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência. Testemunhando objetivamente sua história, mesmo a consciência ingênua acaba por despertar criticamente, para identificar-se como personagem que se ignorava e é chamada a assumir seu papel. A consciência do mundo e a consciência de si crescem juntas e em razão direta; uma é a luz interior da outra, uma comprometida com a outra. Evidencia-se a intrínseca correlação entre conquistar-se, fazer-se si mesmo, e conquistar o mundo, fazê-lo mais humano (FREIRE, 1977, p. 23).

De acordo com o ressaltado, como objetivos específicos da dissertação, busquei problematizar análises de estratégias que contribuam e favoreçam iniciativas de práticas educativas em torno da aplicabilidade da lei 10.639/03 no currículo escolar do distrito de Cuncas; discutir a relevância de cursos de formações continuadas e de capacitações docentes para o aperfeiçoamento intelectual dos mesmos em torno da lei; e, ressaltar as análises obtidas na realização de entrevistas em torno do êxito da aplicabilidade da lei 10.639/03 vivenciada no ambiente escolar, buscando a aplicação da mesma no ensino de História Local na luta antirracista.

A relevância da dissertação no âmbito acadêmico propõe-se em contribuir com estudos focados no ensino de História, tendo como campos de estudos, a história social do povo negro brasileiro, das leis educacionais de acesso à educação para a população negra, Identidade Negra, Cultura Africana e Afro-brasileira e descolonização de currículos escolares. Diante disso, Severino (2017) afirma que ensino superior se torna interessante ter ensino, pesquisa e extensão que se complementam na formação dos sujeitos envolvidos. Sendo assim, o desenvolvimento de uma pesquisa objetiva resolver problemas, situações ou descobrir soluções para os questionamentos e problemáticas mediante o artifício do uso metodológico científico.

Assim, no desenvolvimento da presente pesquisa social, o objetivo buscou compreender a realidade de um determinado grupo étnico social da localidade onde a

pesquisa se desenvolveu. Para tanto, optei por escolher uma abordagem qualitativa, tomando como fontes importantes os relatos dos estudantes, professores e gestão escolar que foram sujeitos participativos da aplicabilidade vivenciada em 2019 em torno da aplicação da lei 10.639/03 no processo de formação e aprendizagem dos mesmos.

A opção do uso da História Oral, como base referencial metodológica da dissertação dentro de uma análise qualitativa, apresentou-se como uma alternativa relevante na construção da mesma, principalmente, na disciplina de História, porque, buscamos ouvir os agentes participativos e registrar suas informações. Desta forma, busquei incorporar na pesquisa os relatos dos estudantes, professores e gestão escolar relacionados a vivência da aplicabilidade da lei 10.639/03 na escola local. Sendo assim, justificando a escolha pela história oral, me fundamento em Guedes-Pinto ao nos afirmar que ao problematizarmos práticas educativas cotidianas, o uso da História Oral, possibilita mudanças e avanços, tanto para os sujeitos envolvidos quanto para o pesquisador. Desta forma, a mesma afirma:

A história oral preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional” quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais (GUEDES-PINTO, 2002, p. 95).

Diante disso, o uso de entrevistas como fonte histórica é essencial para análises de narrativas de sujeitos que contribuiu para o enriquecimento e análises de suas opiniões (positivas ou negativas) em torno do que vivenciaram em 2019 durante o processo da aplicabilidade prática da lei 10.639/03. O sucesso de uma entrevista inicia-se bem antes dela se concretizar. Nesse sentido, para Thompson (1998), afirma que:

Há algumas qualidades que o entrevistador bem sucedido deve possuir interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. (THOMPSON, 1998, p. 254).

Desta forma, o historiador objetiva ver o que é relevante na investigação e analisar as informações para o estudo. Diante dos relatos orais, podemos realizar recortes nas falas, tendo em vista a consciência de que os recortes realizados sempre devem respeitar os relatos dos envolvidos em sua máxima veracidade. É nesse ponto que se encontra a essência e ética do pesquisador. Cabendo ressaltar ainda que o uso de

entrevistas em pesquisas acadêmicas, a mesma é transformada em fonte histórica. Sendo assim, como ressalta Meihy (2002),

Ainda que muitos se valham do conceito de História Oral para qualquer forma de entrevista, modernamente ela só é assim considerada se decorrente de um projeto que reconheça sua intenção, determine os procedimentos e a devolução pública dos resultados. (MEIHY, 2002, p. 89).

Portanto, o uso da história oral faz parte deste processo, tendo em vista sua importância na escuta dos sujeitos. Ela busca e vem preencher as lacunas surgidas e problematizadas ao longo de um estudo, e em algumas fontes documentais. Ela objetiva responder as diversas indagações existentes.

Em relação ao roteiro das entrevistas formuladas, faz necessário ter em mente qual o tipo de entrevista a ser desenvolvida e aplicada no ambiente escolar. Desta forma, as mesmas podem se caracterizar por ser de um método fechado/estruturado ou se possível, abertas/semiestruturadas. Diante de tal situação, no que concerne às entrevistas fechadas, “o pesquisador e entrevistador estabelecerá roteiros, direcionando assim a conversa entre os sujeitos participativos e procedendo conforme seus interesses, que, na maioria das vezes, moldam o eu do narrador segundo a imagem e semelhança de quem entrevista” (MEIHY, 2002, p. 116).

A realização das entrevistas foi realizada na instituição local do distrito de Cuncas, Professora Catarina Tavares e na instituição Deputado Antônio Leite Tavares, em Iara. As entrevistas ocorreram entre os anos 2022/2023 e contou com a presença dos pais/responsáveis dos estudantes menores de idade, professoras e direção escolar. Foram entrevistados 20 estudantes escolhidos por livre e espontânea vontade dos mesmos, 2 professoras de História e a gestão escolar. A faixa etária dos estudantes envolvidos na pesquisa varia entre 15 anos e 19 anos.

O universo dos sujeitos residentes no distrito de Cuncas é cercado na vida do campo. A base de sua economia é a pecuária e agricultura (principalmente na venda de banana). Os estudantes em sua maioria são filhos de agricultores pertencentes a famílias de baixa renda que sobrevivem além da pecuária e agricultura, do comércio através de mercadinhos, bares, artesanato, comércio e auxílios dos governos.

Os educadores que fazem parte da instituição local em sua maioria são de outras cidades circunvizinhas, por exemplo, Aurora-CE e São José de Piranhas-PB. Da região, apenas as professoras do Fundamental I, História, Matemática, Coordenadora Pedagógica e Diretora residem na localidade.

A pesquisa em questão proporcionou uma aproximação entre o pesquisador e estudantes envolvidos no processo de reflexão e tomada de consciência sobre a importância do estudo da lei 10.639/03 no cotidiano escolar, em suas vidas e no combate ao racismo. Para combater o racismo existente no Brasil e no interior das escolas brasileiras é essencial mudarmos nossas atitudes e ações, para em seguida, unir forças, alianças no planejamento de ações efetivas focando a eliminar ou amenizar as práticas racistas existentes em nosso meio.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento da dissertação se deu através da realização de entrevistas (História Oral), documentos escolares (Projeto Político pedagógico e Projetos Pedagógicos), registros de imagens do acervo pessoal do autor durante a vivência do projeto “Eu, tu & nós: somos todos África” e documentos governamentais (Municipal, Estadual e Federal). Para a realização das entrevistas foi utilizado o aparelho celular do pesquisador para registrar os relatos de áudios dos sujeitos envolvidos na pesquisa (estudantes, professores e gestores) da escola municipal Professora Catarina Tavares. Vale salientar ainda a base referencial de autores que problematizam os conceitos e eixos temáticos abordados por mim na presente dissertação. Para tanto, diálogo com Kabengele Munanga (2006) “O negro no Brasil de Hoje”, Petronilha Beatriz Gonçalvez (2011) “Experiências étnico-culturais para a formação de professores”, Nilma Lino Gomes (2012) “Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003”, dentre outros autores da Sociologia, Antropologia e História. De modo geral, as fontes primárias (entrevistas e os registros de imagens) estão presentes em toda a estrutura dos capítulos da dissertação.

Na instituição local, observaremos no decorrer da pesquisa as diversas narrativas concedidas pelos entrevistados em relação à suas vivências (positivas e negativas) e experiências diante da aplicabilidade do projeto pedagógico na instituição local, dos avanços e mudanças ocorridas em sua trajetória de vida durante e pós culminância do projeto “Eu, tu e nós: somos todos África”. De antemão, cabe destacarmos a priori o depoimento da diretora da instituição Nalva Oliveira:

Ainda não podemos considerar a existência de mudanças significativas na realidade escolar em torno da aplicabilidade da lei. Posso relacionar a questão em estudo e afirmar que a realidade da aplicabilidade da lei do estudo de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar barrense uma utopia porque pode ser alcançada um dia, não estou afirmando a utopia no sentido de nunca será alcançada. Então, acredito e muito na educação barrense, e sei que a partir de intervenções como esta pesquisa, contribuirá na

busca de mudança. (Entrevista realizada em julho de 2022 com a diretora Nalba Oliveira, escola Professora Catarina Tavares, Cuncas-CE)

A fala da gestora corrobora com o que será discutido no capítulo III sobre as análises da vivência da aplicabilidade do projeto na vida dos sujeitos nos dias atuais. Ainda na fala da mesma, logo após a culminância do projeto em 2019, as professoras de história buscaram se aprofundar na temática realizando especializações em Faculdades privadas.

Para tanto, sabemos que a prática docente não ocorre do dia para a noite, mas sim, é um processo constante de mudanças, posturas e rupturas na prática docente, para que assim, implementem em seus planejamentos novas propostas metodológicas. Por outro lado, diferentemente do que afirmou a diretora da escola, a narrativa da coordenadora pedagógica Arclene Sobral, é contrária a tal posicionamento de mudanças. Para ela:

Eu não imagino e nem tampouco, eu não consigo ver essa mudança sendo ocorrida na realidade educacional barrense. Por mais que as professoras de história, a diretora que faz questão, eu não consigo ver essa diferença no cotidiano escolar nesta instituição. Os subsídios são poucos ou inexistentes. O investimento e a ausência de recursos para formações dos professores e materiais didáticos apropriados não existe aqui. Gostaria muito que essa realidade ocorresse. Precisa-se antes de tudo, mudar a mentalidade do corpo docente do nosso município. São poucos professores que se interessam pela temática. Vi isso na universidade, quando tínhamos uma disciplina sobre a África e era optativa, poucos se matriculavam. (Entrevista realizada em julho de 2022 com a coordenadora Arclene, escola Professora Catarina Tavares, Cuncas-CE).

Na fala da coordenadora analisarmos que a mesma admite não existir mudança de posturas e posicionamentos de educadores e da gestão municipal de educação do município barrense. Portanto, a mesma não consegue visualizar de maneira ampla e efetiva tais mudanças na comunidade local.

Já, na visão das professoras de história, ambas sentem a necessidade e com urgência em abordar o que a lei propõe no estudo e formação. Deixando de lado um pouco o ensino mecânico de apenas repassar os conteúdos “essenciais” para a formação dos sujeitos. Novas metodologias, ações didáticas e projetos de intervenção merecem todo os olhares e o apoio da gestão escolar, professores, e, principalmente, da gestão municipal. Para a professora Izabel Fernandes,

O ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar sendo bem muito planejado, orientado e com materiais essenciais, sem dúvida alguma seríamos referência para outros municípios. Levar a história do povo negro para fora dos muros escolares, valorizando sua cultura e heranças culturais por meio de danças, apresentações teatrais, fóruns, debates, simpósios, entre outros, contribuirá na luta antirracista e na

descolonização do currículo escolar barrense. (Entrevista realizada em julho de 2022 com a professora Izabel, Cuncas-CE).

Em busca de analisar o momento atual dos estudantes pós vivência do projeto na instituição local, a estudante Adrielle do 9º A ao ser entrevistada pelo pesquisador sobre os avanços e mudanças ocorridas em sua vida social e educacional, afirmou:

A experiência vivenciada por mim e pela turma foi a melhor de todos os momentos escolares vividos até o presente momento. Todo início de ano letivo quando os professores em sala nos pedem para buscamos algo importante e significativo em nossas vidas, eu sempre lembro do senhor e da participação do projeto “Eu, tu e nós: somos todos África”. Foi uma experiência única. A didática que o senhor desenvolveu, o domínio da temática e o carisma e amor demonstrado a nós e ao ensino cativou muitos de nós, principalmente, nós estudantes negros que nos sentimos deixados de lado, que não gostamos de participar de apresentações e pela vergonha do medo em falar em público ou errar algo. Só tenho que agradecer pelo momento. (Entrevista realizada em janeiro de 2023 com a estudante do 9º Adrielle, em Cuncas-CE).

Em outro trecho da entrevista acrescenta,

Gostaria muito que a escola tivesse professores como o senhor ou projetos semelhantes desenvolvidos. Isso ajuda e muito a nós estudantes negros a não sofrer racismo e preconceito na escola. De 2019 pra cá, não fui mais chamada de feia, “macaca” ou “burra”. O projeto valorizou nossas origens, e ao qual como Miss Afro-brasileira na escola, o meu mundo não é mais o mesmo. Hoje posso dizer que tenho amigos e que eles me amam do jeito que eu sou. Infelizmente, até o presente momento não vivenciamos algo semelhante. Sei que a pandemia nos prejudicou e muito, mas acredito e muito que com a volta do senhor, o segundo semestre na escola vai ser diferente. Quero sair daqui e entrar no ensino médio na sua localidade ainda mais feliz. E é isso que tenho a dizer. (Estudante do 9º A, Adrielle, Cuncas-CE, 2023).

São essas e outros depoimentos de gestores, professores e estudantes que estão contidos na presente dissertação. Digamos que as entrevistas é a cereja do bolo onde poderemos construir análises mais objetivas das experiências dos mesmos. Sendo assim, e mediante ao exposto acima, sabemos que, através do conhecimento referente ao estudo da História e Culturas Africanas e Afro-brasileira, no cotidiano escolar, podemos desenvolver um diálogo equilibrado e igualitário, mantendo o respeito a diversidade étnico e cultural. Portanto, explorar e apropriar-se dos conhecimentos que busca afirmar nossa identidade étnica, cultural e histórica torna-se relevante em todos os aspectos, para que assim, consigamos conhecer-nos e reconhecer-nos como sujeitos históricos e formadores da história de nosso país.

Para uma melhor organização e fundamentação do que se propõe o estudo, a dissertação está estruturada em três capítulos. No capítulo I são discutidas questões em torno da descolonização do currículo escolar. Assim, o capítulo inicial se reporta a

seguinte titulação “Descolonizar o Ensino de História: possibilidades para aplicabilidades da lei 10.639/03 na luta por uma educação antirracista”. Neste capítulo, enfatizo uma discussão sobre o ensino de história da África e de possibilidades de desenvolvimento de aplicabilidade em torno da lei 10.639/03. Assim, objetivo na construção do capítulo diretrizes para descolonizar conceitos e estereótipos criados em torno dos povos africanos nos livros didáticos e na história do Brasil, assim como, ressaltar a importância da abordagem da mesma no processo de luta e combate ao racismo e a educação racista.

Para enriquecer no desenvolvimento da dissertação, dialogamos com Kabengele Munanga em torno da valorização da cultura africana, luta antirracista e de aplicabilidades de abordagens da lei 10.639/03 no ambiente escolar, e Vera Candau sobre a importância de um currículo cultural. O levantamento legal mencionará o surgimento da referida lei e dos desafios e obstáculos que a mesma obtém até hoje para a sua aplicabilidade no currículo escolar, assim como, os ganhos e as possibilidades que a mesma oferece e contribui para a formação dos professores e da conscientização da temática em suas vidas.

No segundo capítulo intitulado “Desdobramentos e aplicabilidades da lei 10.639/03 no sistema educacional barrense”, buscamos discutir os avanços obtidos entre lutas e conquistas instituídas por intelectuais negros(as) e movimentos sociais pelo direito de acesso à educação ao povo negro brasileiro. No desenvolvimento do capítulo, ressaltamos a importância das primeiras manifestações, lideranças, grupos e movimentos sociais que lutaram em prol da liberdade, melhoria da vida social e do acesso à educação a população negra do país. Como aportes teóricos dialogamos com Kabengele Munanga (2019), Frank Ribard (2008), entre outros.

O terceiro capítulo intitulado “Brasil e África: a aplicabilidade da lei 10.639/03 no Ensino de História como proposta curricular na Educação Básica do distrito de Cuncas, Barro (CE)”, por sua vez, foi destinado à análise das entrevistas concedidas ao autor da presente dissertação. A abordagem metodológica do terceiro capítulo consistirá de caráter qualitativo analisando entrevistas dos sujeitos participativos durante a vivência do mesmo na escola local.

A relevância do estudo da lei 10.639/03 nas instituições de ensino público e privado busca reconhecer e valorizar a diversidade cultural dos povos africanos na construção de nossa identidade. Para tanto, é relevante o desenvolvimento de práticas

educativas dos docentes nas escolas, trabalhando a temática não como uma celebração, mas sim, durante todo o ano letivo buscando refletir na vida dos estudantes os processos de lutas e conquistas que a população negra obteve ao longo da história, assim como, as resistências para sobreviver as ações imperialistas europeias, ao sistema escravista e a manutenção e vivência de seus costumes, valores e heranças culturais.

Desta forma, a conscientização do estudo da lei é para todos que constitui o ambiente escolar. Assim, não ficará restrito em iniciativas individuais dos professores de História, mas sim, trabalhar a interdisciplinaridade, é o que propõe o documento de sua criação. Portanto, o desenvolvimento de aplicabilidades educacionais nos espaços escolares em torno da lei 10.639/03, contribuirá também na luta antirracista.

CAPÍTULO 1 - DESCOLONIZAR O ENSINO DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES PARA APLICABILIDADES DA LEI 10.639/03 NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Em 9 de janeiro de 2003, no governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, lideranças políticas, intelectuais e líderes de movimentos sociais, obtiveram uma grande conquista. A promulgação da Lei Federal nº 10.639/03 que altera a Lei nº 9.394/96 onde estabelece que em todos os estabelecimentos de ensino Público e Privado, a obrigatoriedade do estudo de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo escolar.

Estamos conscientes da discussão e importância da lei no âmbito educacional. O enfoque da mesma não se restringe aos aspectos culturais da cultura africana e afro-brasileira, mas sim, ela vai muito além do proposto em seu documento. Ela objetiva resgatar os valores e heranças culturais do povo negro brasileiro, a valorização, o conhecimento e acima de tudo, o respeito entre a diversidade cultural e étnica do nosso país. Falar da história do povo negro brasileiro é buscar compreender e entender nossas raízes e a nós mesmos através dos elementos que caracterizam a identidade da nossa sociedade. Sendo assim, o estudo da lei não centraliza as discussões apenas em historiadores, ela prontifica os demais educadores a abordarem as questões propostas na lei. No currículo escolar, nos planejamentos pedagógicos, nas formações de professores e nos diversos cursos. O currículo escolar ainda necessita ser descolonizado, ou melhor dizendo, o ensino de História.

Com a existência da lei 10.639/03 que veio regulamentar não somente o ensino de História, mas todo o currículo por meio da interdisciplinaridade, a lei deve ser devidamente abordada em sala de aula em prol de favorecer entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem diálogos e debates, assim como, promover uma consciência crítica, moral e intelectual. Tendo em vista que, a escola é um ambiente propício de várias subjetividades e, portanto, a diversidade cultural e étnica jamais deve ser camuflada pelos educadores e estudantes, mas sim, problematizadas com o único intuito de promover a valorização, respeito e a igualdade entre todos.

Para tanto, Santos (2017):

O espaço escolar enquanto lugar de construção, não apenas de conhecimentos, mas de identidades, abriga e abrange culturas diversas as quais devem ser valorizadas, a fim de que os sujeitos se sintam contemplados e integrados no processo de ensino aprendizagem. Além disso, a escola deve

promover o diálogo cultural entre realidades diferentes, refletindo, através de variadas perspectivas, o trabalho com as relações sociais e inter-raciais (SANTOS, 2017, p. 102).

Diante disso, podemos concluir que o espaço escolar abriga uma diversidade opiniões e sujeitos, e por isso, trata-se de um campo múltiplo e heterogêneo. Um local onde são desenvolvidos conhecimentos críticos a partir de várias atividades desempenhadas pelos docentes. Na escola, os sujeitos participativos “falam” de lugares e identidades distintas onde os próprios sentem a necessidade em participar e ser representados na mesma.

1.1. O currículo como diretriz no combate à educação racista no ambiente escolar

O estudo deste capítulo faz um resgate historiográfico de ações públicas ocorridas no Brasil em prol das conquistas e direitos que a população negra obteve ao longo da década de 1990. A discussão aqui apresenta uma organização estrutural focada em contextualizar os fatos históricos ocorridos no decorrer dos anos de 1990 aos dias atuais.²

A importância do recorte, encontra-se relacionada ao surgimento dos primeiros documentos educacionais depois da Constituição Federal de 1988. Tais documentos impulsionaram o governo brasileiro a impor mudanças significativas na educação, principalmente, a população negra. O crescimento de mobilizações, organizações e movimentos sociais negros no país, unidos na luta por garantia de direitos e acesso à educação ao seu povo mostrou-se eficaz para as mudanças estabelecidas.

A busca pelo atendimento das necessidades e do direito à educação, e consequentemente, ao conhecimento, se alinham às reivindicações requeridas na Declaração de Jomtien (Tailândia, 1990). A presente declaração se tornou a grande referência para que os educadores e o governo federal desenvolvessem mudanças na educação. Como pioneiros na largada, surge o Plano Decenal (1993-2003), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Com a formulação desses documentos, a educação

² Cabe salientar aqui e acrescentamos ainda que o documento definidor de uma educação multirracial e mesmo antirracista é a Constituição Federal de 1988 que criminaliza o racismo, aponta para a educação inclusiva e para a diversidade e reconhece as comunidades quilombolas. Em acréscimo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, formalizam e acrescentam em seu documento a importância das abordagens culturais com os estudantes dos segmentos de ensino para a valorização da diversidade cultural no ensino.

brasileira passou a observar e se atentar a novos olhares que antes estavam silenciados e excluídos de boa parte da população.

Nos dias atuais, para um direcionamento aos educadores do país, assim como, os conteúdos programáticos a serem estudados, se encontra pautado no recém documento elaborado de caráter nacional para todas as escolas que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 20 de dezembro de 2017.⁴

Diante disso, busco aqui apresentar discursos teóricos relacionados a descolonizar o currículo escolar em prol de um currículo cultural que contemple todos os grupos étnicos, livres de qualquer discriminação e preconceito. Sabemos que o mesmo, em sua elaboração, está conectado e relacionado às estruturas de poderes e interesses. Assim, como vetor dessas ações políticas educacionais, a estrutura do currículo deve buscar sempre refletir a realidade do país, como também, a busca de romper barreiras, a luta por transformações e reflexões em torno da descolonização do currículo e do ensino de História.

1.2. O currículo como ferramenta formativa na construção de aplicabilidades da lei 10.639/03

Após uma discussão sobre a relevância das mudanças e transformações de pensamentos, ideias e barreiras demolidas no campo educacional brasileiro que influenciaram no processo de desenvolvimento e construção dos currículos escolares da educação básica, busco além refletir sobre a necessidade de investimentos nos processos de formação continuada de professores com a temática cultural e o proposto na lei 10.639/03.

Busco assim fazer uma análise reflexiva em torno de mecanismos que contribuem para auxiliar os educadores e a modificar o currículo. Propostas que qualifiquem os mesmos sobre os conceitos de Cultura, Identidades, Diversidade Cultural e Étnica, dentre outros, e que assim, estejam capacitados para elaborar uma aplicabilidade que aborde a lei. O estudo da lei é um desafio a ser enfrentado tanto na educação básica quanto nas universidades brasileiras na luta da descolonização e desmitificação do

⁴ Documento normativo de referência para as instituições de ensino público e privado do Brasil para a elaboração de currículo e diretrizes de ensino em todos os segmentos da formação educacional. O documento é acessível a todos e pode ser acessado a partir de vários sites, MEC, Senado, entre outros. A elaboração da BNCC causou polêmicas, entre elas por inserir em seu texto uma visão fragmentada do conhecimento e desenvolvimento humano, como também, por invisibilizar apontamentos ligados as questões de identidade de gênero, orientação sexual, o ensino religioso, entre outras. Vale salientar, que até os dias de hoje, a mesma sofre pressão por movimentos sociais para ser revogada no atual governo.

continente africano. Para tanto, a educação brasileira em torno das relações étnico- raciais necessita ser conduzida com seriedade, compromisso e conhecimento, tendo como base os princípios seguintes: “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimentos de identidades e ações no combate ao racismo e a discriminação” (BRASIL, 2004, p. 17).

Inserir no currículo a temática da lei 10.639/03 ainda é um grande desafio a ser vencido em sua totalidade. As instituições regionais, federais, estaduais e municipais devem apresentar suporte e apoio para a formação dos profissionais da educação. Porém, pouco está sendo desenvolvido e colocado em prática. Quando tais questões são abordadas no cotidiano escolar com os estudantes, cabe ao professor de história fazer a inserção dos estudos que a lei propõe em seus planejamentos anuais desenvolvendo aplicabilidades que abordem a temática em suas aulas.

Dando continuidade ao proposto no capítulo, as ações políticas em busca de formações aos docentes para os processos objetivando a disseminação de histórias e temporalidades dos estudantes devem ser relevantes, isto é, devem ser consideradas a partir “da inclusão da diferença, [...] a multiplicidade de conexões culturais laterais e descentradas, os movimentos e migrações que compõem hoje o mundo” (HALL, 2003, p. 111), incluindo questões de identidades e buscando sempre a superação de discursos preconceituosos e racistas contra o grupo e sujeitos que ao longo da historiografia foram percebidos como “selvagens”, “preguiçosos”, “fedidos”, “diferentes” e escravos.

Tendo como referência a pesquisa monográfica onde desenvolvi uma aplicabilidade com base nos estudos propostos da lei 10.639/03 na escola Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, em Barro-CE, em 2019, cabe destacarmos aqui alguns depoimentos.

Para a professora de História das turmas do 8º ano e 9º ano, Izabel Fernandes, quando entrevistada sobre a importância e o papel do currículo como ferramenta de mudanças e posturas no processo de obter avanços e conquistas numa educação antirracista, a educadora ressalva,

O currículo é uma ferramenta importante na luta e no combate ao preconceito. Aqui, tais questões não foram levadas em consideração até a sua chegada aqui. Mudar um currículo é algo complexo, principalmente, quando abordamos temas sensíveis e culturais. Acredito que o seu empenho, o projeto desenvolvido na escola ganhou destaque dentro do município e que sem dúvidas alguma, será exemplo para repensar nossas práticas de ensino e a importância da lei 10.639/03. (Entrevista realizada em dezembro de 2022, Izabel Fernandes, professora de História, Cuncas-CE).

Enquanto isso, para a estudante Eulália Fernandes,

O currículo reformulado ajudará os professores a se prepararem melhor em suas aulas, trazendo discussões em busca da valorização da cultura africana, da estética negra, danças, culinária, artes e a religiosidade. Assim, teremos amplo conhecimento, e evitará discriminação, preconceito e intolerância a cultura do outro. (Entrevista realizada em fevereiro de 2023 com Eulália Fernandes, atualmente cursando o 3º ano Médio, Cuncas-CE, 2023).

Na fala da estudante analisamos que a mesma corrobora com o depoimento da professora. O currículo para ambas é uma ferramenta cultural que ocasiona mudanças significativas de conhecimento, atitudes e mentalidades. O currículo enriquece e fortalece qualquer instituição de ensino, caso o próprio atenda as necessidades essenciais da localidade, região e cultura, assim como, contemple o diálogo e o respeito entre as diferenças étnicas, sociais, econômicas e culturais.

A pesquisa desenvolvida pelo presente autor foi apenas um exemplo dentre outras que possa ser desenvolvido na educação barrense. Tal iniciativa aplicada na prática dentre outras tantas que surgirão ao longo do tempo contribui e contribuirá no processo de descolonização do ensino de História e da desconstrução de estereótipos. Em contrapartida, mediante a tantos desafios, os autores Gomes apud Munanga (2001, p. 140-141) apontam que:

Ainda encontramos muito (as) educadores (as) que pensam que discutir relações raciais não é tarefa da educação. É um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra uma total incompreensão histórica e cultural da sociedade brasileira. E, ainda mais, essa afirmação traz de maneira implícita a ideia de que não é da competência da escola discutir sobre temáticas que fazem parte do nosso complexo processo de formação humana. (Gomes apud Munanga, 2001, p. 140-141).

Tal direcionamento está correlacionado à inclusão de eixos temáticos em torno da lei 10.639/03 e nos planejamentos docentes em busca do desenvolvimento de práticas educativas no processo de ensino-aprendizagem. E, ainda “demonstra, também, a crença de que a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira” (GOMES, 2005, p. 141).

1.3. Aplicabilidades em busca de valorização da identidade negra no currículo escolar

A memória é acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um “estar aqui” que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele (CANDAUI, 2011, p. 9).

Preservar a memória de uma sociedade ou de um povo não é apenas ficar em estudos de fatos históricos e fontes para análises de sua existência, formação e heranças culturais que constitui um lugar. Buscamos refletir nossas ações humanas em torno da valorização da cultura do povo negro brasileiro.

Ao abordarmos as questões étnicas e os conceitos de identidade negra, proponho com base no antropólogo Kabengele Munanga (2000) que o estudo dos mesmos seja pensado a partir de uma atitude e de ações políticas, formando e constituindo uma diversidade de processos de identidade cultural entre os sujeitos “[...] negros, brancos ou amarelos, todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais” (MUNANGA, 2000, p. 32). É nesse sentido que o estudo do conceito de identidade é abordado, sempre como um elemento construtivo das relações sociais entre os indivíduos e das memórias que se apresentam e resgatadas do passado. Portanto, apresenta-se em duas vertentes distintas. De um lado, a partir da apresentação do estudo do conceito de identidade, e a segunda, a função das instituições de ensino escolares na continuidade e no processo de aplicabilidades de construção da mesma.

Para o autor e historiador Nelson Sodré (1999, p. 34) “[...] a identidade   designar um complexo relacional que se liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive”. Na fala do autor, podemos analisar, que cada indivíduo, constrói ao seu método sua identidade, tendo em vista, o contexto histórico-social ao qual se encontra. A partir dessa relação simbólica que o autor os apresenta, objetiva-se numa dinâmica de construção da identidade a partir do caráter social dos sujeitos e do grupo.

Diante disso, as definições propostas sobre o conceito de identidades acima se articulam ao pensamento de outros estudiosos, principalmente, com o Stuart Hall (1999, 2003), que nos apresenta uma discussão a partir da perspectiva da complexidade de pensarmos e refletimos o conjunto de identidades no atual mundo contemporâneo, apontando-nos que ao passar dos tempos, cada vez mais as identidades estão em constante formação e construção no modo de vida das sociedades.

Os estudiosos citados anteriormente no estudo do conceito de identidades consideram um problema ao pensar na categoria identidade como um conceito fechado, isto é, delineado em apenas uma só dimensão, isolada de outros fatores e elementos. Assim, para Hall (2003), o processo de construção de identidade está inserido nas relações de poder, nos processos de interações materiais, sociais e simbólicas. Assim

não poderá ser analisada e pensada fora da realidade. Ser negro(a) não é uma construção inata, mas sim, diz respeito a um determinado local social e simbólico que nos encontramos e nos identificamos.

É um fato inquestionável que o racismo no Brasil ainda se faz presente e enraizada em nossa estrutura, principalmente, nas escolas. Nelas se proliferam constantemente ataques racistas aos indivíduos negros (estudantes, professores e funcionários). Através do desenvolvimento de aplicabilidades educativas focados no estudo da cultura africana e afro-brasileira, podemos construir um processo de conscientização e reflexão das nossas ações e práticas educativas. Portanto, é essencial que desde o início da formação educacional básica, os educadores propiciem ao seu alunado, práticas educativas que desenvolvam entre eles suas potencialidades. A partir de tal demanda, é necessário também que as escolas contemplem diálogos envolvendo eixos temáticos envolvendo cultura, diversidade e relações étnico-raciais onde contribua positivamente no processo da identidade do sujeito no aspecto de que o mesmo aprenda e compreenda a respeitar e aceitar as diferenças.

Para Gomes (2007, p. 41), a autora complementa ao afirmar que “[...] assumir a diversidade no cotidiano escolar e na sociedade brasileira é posicionar-se contra as diversas formas de dominação, exclusão e discriminação. É buscar entender a educação como um direito social de todos e o respeito à diversidade no interior de um campo político”. Desta forma, ele afirma, a escola deve ser reconhecida como um espaço discursivo.. A escola é um ambiente propício para a construção de identidades, pois, refere-se a um local diversificado. Diante disso, o antropólogo D’adesky (2001, p. 89):

A escola deverá ser local de reflexão e não de omissão dos problemas sociais, deve ser reconhecida como um espaço discursivo onde a identidade discente é construída e reconstruída de maneira histórica e cultural, e deve ser um projeto de competência pedagógica baseada na constituição cultural. (D’ADESY, p.89, 2001)

Como podemos perceber no pensamento do autor o ambiente escolar é considerado como um local de transmissão de conhecimento e de reconhecimento, onde, no interior dos componentes curriculares e da abordagem curricular, os estudantes têm a possibilidade de se verem como sujeitos ativos e construtores da sua própria

história e construção da identidade. Para tanto, a escola necessita romper barreiras com às práticas racistas existente no ambiente escolar.

Diante do contexto, cabe salientar alguns depoimentos de estudantes que vivenciaram a aplicabilidade do projeto “Eu, tu & nós: somos todos África”, quando questionadas sobre a importância da valorização da cultura e identidade negra. Sendo assim, para a estudante Janyce,

Antes eu era uma menina envergonhada, não gostava de participar dos eventos da escola. Era calada na minha e sentia um pouco de vergonha em afirmar ao qual grupo étnico pertencio. Com apoio de minhas professoras de História, do professor Diogo e dos colegas de sala que me incentivaram, primeiramente, a soltar meus cabelos, encontrei a minha essência, o meu lugar. Concorri no desfile da garota que representasse a identidade negra da escola, e infelizmente não venci. Mas, foi gratificante todo o projeto, e hoje sou uma menina empoderada, amando minha cor e meu cabelo. Só tenho que agradecer a todos por este momento importante na minha vida. (Entrevista realizada em fevereiro de 2023, Janyce, atualmente cursando o 1º ano médio, Iara-CE, 2023).

O trabalho em busca da valorização da identidade negra foi a passos lentos, mas que no fim, conseguimos a participação de todos no projeto. Tais crianças citadas, sofriam constante ataques na escola por terem algum membro da família que fazia parte de uma religião de matriz africana. Ambos chegaram a relatar, que os coleguinhas de turma, chamavam-nos de “macumbeiros”, “pomba-gira”, “bruxos”, “feiticeiros”, “demônios”, dentre outras palavras difamadas as religiões de matriz africana.

Durante a entrevista, o estudante Emanuel, ressalta:

Professor, foi difícil aceitar quem eu sou. Eu não aguentava mais ouvir piadinhas. Já pensei em até morrer pra me livrar de algumas situações. Minha mãe sempre chora quando chego em casa contando como foi meu dia na escola. (Entrevista realizada em fevereiro de 2023, Emanuel, atualmente cursando o 1º ano médio, Iara-CE, 2023).

O mesmo continua falando caído em lágrimas juntamente com os outros dois,

No início eu não gostava do senhor, te achava exigente e carrasco. Mas no decorrer das aulas, eu vi que o senhor só queria o bem de todos nós. Quando o senhor entrou na frente de uma discussão, impedindo um colega de me bater, dizendo pra ele, que teria que primeiro bater no professor pra depois bater em mim, o senhor ganhou minha admiração. Em seguida, quando o senhor me chamou em particular para conversar sobre quem era o senhor e de sua história e que entendia o que eu estava passando na escola eu virei seu fã. A partir deste dia, quis sempre ser elogiado pelo senhor, e não é à toa que me colocou como papel principal em uma das peças teatrais abordando a resistência negra. Se eu sou o que sou, eu, meu primo e meu irmão devemos ao senhor. Depois das aulas, os colegas começaram a nos entender e nos respeitar. E ficaram curiosos pra saber de algumas coisas que praticamos. (Emanuel, atualmente cursando o 1º ano médio, Iara-CE, 2023).

Diante do contexto supracitado, cabe a nós cidadãos e educadores que almejamos uma educação igualitária a seguinte indagação: qual a função da escola no processo de construção identitária das crianças e jovens? Para buscar responder a problemática, apresento na sequência um panorama histórico do sistema de ensino na região.

1.4. Os avanços no currículo escolar da Rede Municipal de Barro-CE em torno de aplicabilidades da lei 10.639/03

Figura 1- Localização do município de Barro-CE



Fonte: site da Prefeitura Municipal de Barro-CE

Figura 2 - Imagem aérea do município de Barro-CE



Fonte: site da Prefeitura Municipal de Barro

O município de Barro-CE foi fundado em 22 de novembro de 1971. É um território que foi habitado e visitado por cangaceiros, retirantes, líderes religiosos, povos indígenas e quilombolas. Diante da sua historiografia e dados estatísticos, a maioria dos cidadãos barrenses pertencem a cor parda/negra.

De acordo com o último levantamento do IBGE, a população estima em 23.514 habitantes. O município encontra-se distribuído numa área territorial de 711.346 km², compostos pela Sede, distritos e sítios. Sua densidade demográfica é 30,22 hab./km². Em relação à escolarização do município barrense entre 6 a 14 anos é de 97% e o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,599.⁵ Na Rede Municipal de ensino o atendimento educacional é oferecido por 20 instituições. No distrito de Iara-CE existe a CEI Expedita Maria da Piedade, a escola municipal EEF Expedito Álvaro Feitosa e a estadual EEMI Deputado Antônio Leite Tavares. Na localidade onde a aplicabilidade foi desenvolvida em 2019, existe apenas a escola municipal EEF Professora Catarina Tavares. As informações podem ser encontradas no site da Prefeitura Municipal de Barro-

Figura 3 - Entrada da escola estadual em Iara-CE



Fonte: Acervo pessoal do autor

A instituição ao qual realizei a aplicabilidade em 2019 e que retorno para problematizar a partir da realização de entrevistas as vivências dos sujeitos envolvidos no processo do mesmo, localiza-se na Zona Urbana, no distrito de Cuncas-CE, na escola municipal Professora Catarina Tavares. A mesma recebe alunado dos sítios circunvizinhos (Sitio Fazenda Nova, Sitio Prazeres, Sítio Algodões, Sítio Fazenda Mota e do próprio distrito). Os dois distritos são vizinhos. De Iara-CE para Cuncas-CE são apenas 10km. Enquanto na instituição estadual em Iara-CE me encontrava realizando a experiência da docência através dos Estágios Supervisionados, em Cuncas-CE, exigia a docência com as turmas do 6º ano ao 9º ano no Projeto do Governo Federal “Programa

⁵ Informações encontradas nos documentos estatísticos e censos da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação, CREDE-20, Secretaria de Educação e Cultura - SEDUC-CE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e no site da Prefeitura Municipal de Barro-CE.

Mais Educação”.⁶ Nessa experiência docente com os alunos, desenvolvi atividades visando o crescimento dos mesmos nos processos de alfabetização, letramento e melhoria em matemática. Foi assim que comecei a analisar a possibilidade de desenvolver a pesquisa-ação do Trabalho de Conclusão de Curso na instituição local, tendo vista, que a mesma não tinha implementado em seu currículo a aplicação da lei 10.639/03.

Figura 4- Entrada lateral e principal da escola campo da pesquisa



Fonte: Acervo pessoal do autor

As primeiras vivências em torno de aplicabilidades focadas na lei 10.639/03 no currículo escolar barrense ocorreram a partir de projetos desenvolvidos pelo autor desta dissertação na escola Expedito Álvaro Feitosa. O projeto desenvolvido foi organizado no dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2016/2017. Tinha acabado de ingressar no curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras-PB. Na instituição em Iara, estava exercendo a docência no Programa Mais Educação.

Desde quando entrei no curso de História já tinha em mente o que gostaria de pesquisar. Aproveitei a oportunidade no Programa Mais Educação e conversando com a professora de história, decidimos colocar na prática algo a ser vivenciado no dia da consciência negra. No ano de 2016, o projeto foi abordado com as turmas do fundamental II a partir de temas culturais da cultura africana no Brasil. Em 2017, foi trabalhado com os estudantes o estudo dos Reinos e Impérios africanos. Em ambos os

⁶ O Programa Mais Educação, foi pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, estabelece uma diretriz através da estratégia do Ministério da Educação para indução da construção de educação integral nas escolas municipais de ensino ampliando sua jornada.

momentos busquei resgatar a cultura africana e heranças culturais em torno do conhecimento, valorização e respeito. A realização desses momentos veio contribuir para que todos os participativos, visitantes e convidados tivessem consciência da importância do dia 20 de novembro, não de forma romantizada, mas sim, com conhecimento e reflexão. Não foi fácil alcançar a vivência deste momento. Até mesmo porque o dia 20 de novembro não fazia parte das datas comemorativas do calendário escolar, e nem tampouco nos planejamentos dos professores.

Partindo-nos agora para as análises da aplicabilidade da lei 10.639/03 no lócus do estudo da presente dissertação, cabe antes de tudo, termos o conhecimento prévio da localidade. O distrito de Cuncas-CE pertencente à cidade de Barro-CE, localizado a 18 Km da sede, e a 524 Km da capital do Estado do Ceará, Fortaleza-CE. Geograficamente, a sua localização encontra-se na Microrregião da cidade de Barro, Mesorregião do Sul Cearense. Seus limites territoriais encontram-se ao Norte, na cidade de Aurora (CE), Sul, em Mauriti (CE), Oeste, em Milagres (CE), e ao Leste ao Estado da Paraíba, no município de São José de Piranhas (PB).

O distrito de Cuncas, apresenta clima semiárido, com uma temperatura média de 29° C. A região é dotada de recursos hídricos do rio Cuncas e Prazeres (maior reservatório de água doce do município) com aproximadamente 32,000,000 m³. Em relação a sua vegetação é bastante diversificada, apresentando domínios de cerrado e caatinga.

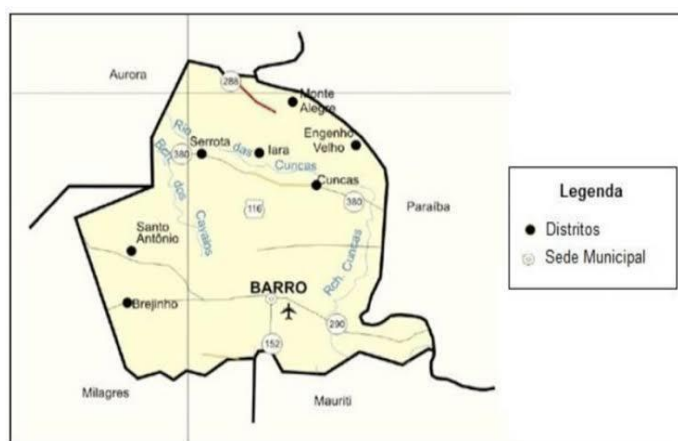
A economia está voltada na pecuária e agricultura, principalmente para a plantação de bananas. No aspecto religioso, é conhecido por atrair milhares de devotos de São Sebastião. A festa do padroeiro desenvolve-se muito bem na comunidade com a presença de parque de diversão, barracas de vendas, festas sociais, quermesse e a famosa cavalgada de São Sebastião que é celebrada há mais de 150 anos.

No campo educacional, o distrito contempla o ensino fundamental- anos iniciais e finais. Terminado o último ano do ensino fundamental os pais e responsáveis pelos estudantes escolhem onde matricular seus filhos, em Iara ou na cidade de Barro. O município não contempla instituição de nível superior. Assim, terminados a educação básica, os jovens realizam o ENEM e vestibulares para ingressar nas Universidades Públicas ou Faculdades Privadas das cidades vizinhas Juazeiro do Norte-CE, Crato-CE, Fortaleza-CE, Cajazeiras-PB, e até mesmo para longe da terra natal, dependendo do

curso escolhido. Baseando-se no levantamento do último censo escolar ⁷ retirar o corpo estudantil possui 257 estudantes matriculados O corpo docente é composto por 25 educadores, 3 deles sendo professoras de história, 2 em sala de aula e a outra exercendo a função de coordenadora escolar.

Na imagem abaixo, podemos observar os principais distritos de Barro. No mapa, podemos visualizar a localidade na qual o pesquisador reside com sua família (Iara) e a lócus da presente análise desta dissertação. São distritos próximos. Cada qual com seus particulares.

Figura 5 - Mapa com os distritos da cidade de Barro-CE



Fonte: site da Prefeitura Municipal de Barro-CE

No que se refere aos documentos utilizados pelo município no aspecto da legislação, a Secretaria Municipal de Educação de Barro, caminha a passos lentos para a aplicação no currículo da lei 10.639/03. Buscando efetivar a sua implantação no currículo o pesquisador realizou o projeto de intervenção “Eu, tu & nós: somos todos África” na escola municipal Professora Catarina Tavares, em Cuncas-CE.

A Secretaria de Educação de Barro elaborou uma proposta em 2020 buscando a implementação da lei 10.639/03, atualmente reformulada para a lei 11.645/08 para os segmentos de ensino do município. Na referida proposta, o documento apresenta a presente justificativa,

O presente documento consiste primeiro na implementação da proposta como base legal e, em seguida apresenta um calendário anual de formações direcionadas aos professores da Rede, embasada nos documentos e antecedentes que culminam nas leis em discussão. Em seguida é apresentado

⁷ Censo escolar com informações do ano 2022 disponível em <https://novo.qedu.org.br/escola/23211431-professora-catarina-tavares-esc>

um formato de monitoramento das atividades produzidas e sugeridas sobre a temática (BARRO - SEDUC, 2020).

Podemos salientar na análise do referido documento, que a Secretaria Municipal de Educação de Barro, mediante as lutas de educadores negros brasileiros e de municípios circunvizinhos, assim como, a repercussão das aplicabilidades desenvolvidas no município em torno da lei 10.639/03, em 2016/2017, no distrito de Iara e na exitosa aplicabilidade do projeto “Eu, tu e nós; somos todos África”, em 2019, alcançaram novas fronteiras.

Para a obtenção dos dados propostos, optei pela realização de entrevistas com 20 estudantes, 2 professoras e a gestão escolar (diretora e coordenadora). Para enriquecimento da dissertação e complemento dos dados fornecidos pelos sujeitos participativos, foi realizada o estudo documental do PPP (Projeto Político Pedagógico), além de materiais didáticos e bibliográfico.

Em relação à análise do Plano Municipal e Educação Barrense desenvolvido pela nova gestão municipal, aprovado pela Lei Municipal de nº 007/2021, encontramos avanços referentes à educação do município. É notório que no papel os primeiros avanços estão sendo dados para a efetivação da temática na vida social e intelectual dos sujeitos. Porém, no ano de 2021, nada de efetivo se concretizou e até o atual momento desta pesquisa não foram encontradas nenhuma ação pedagógica.

Diante disso, a proposta de analisarmos o PPP da instituição se justifica em analisar quais ações ou práticas educativas estão sendo desenvolvidas pelos docentes e gestão escolar em que as orientações propostas nos documentos educacionais das DCNs em torno da Educação das Relações Étnico-Raciais e do estudo de História e Cultura africana e afro-brasileira estão sendo trabalhados pelos educadores no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, tomando como aparato o proposto nas diretrizes nacionais, as instituições de ensino do país, propõe a:

[...] inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis - estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino - de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, das discriminações, e ao reconhecimento, valorização e ao respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana (BRASIL, 2004, p.24).

Mediante o apresentado, compreendemos que o PPP deve ser um instrumento essencial de auxílio a quebrar as barreiras em torno das temáticas culturais e que auxilia no processo em prol da efetivação da lei 10.639/03 no currículo escolar, haja vista a sua

função norteadora para um excelente desempenho e funcionamento da unidade escolar a partir do desenvolvimento de práticas educativas. Na análise do PPP da instituição, encontramos como objetivos específicos propostos que se caracteriza em torno da orientação do ensino com foco no campo da diversidade étnica e cultural, destacamos:

[...] Promover práticas pedagógicas, que respeitem as diferenças, para que todos os educandos se sintam parte integrante do processo ensino aprendizagem; promover práticas que garantam ao educando conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer forma de discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, crenças, sexo, etnia ou outras características individuais e sociais. [...] (PPP - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2008, p. 13-14).

Outro ponto que me chamou a atenção se encontra nos anexos do PPP, onde pude analisar a existência de atividades pedagógicas permanentes na grade curricular da escola, entre eles: feira de Ciências, jogos internos, carnaval, semana do estudante, São João, *Halloween*, Natal e o projeto “Aluno Nota 10”. Ambos os projetos são preparativos para as avaliações externas que as escolas da rede municipal realizam todos os anos para avaliar o os níveis de aprendizagens dos estudantes e do IDEB da instituição. Os melhores alunos, no caso, os alunos “nota 10” são gratificados com medalhas, viagens ou equipamentos eletrônicos.

Diante da discussão proposta, o objetivo do capítulo presente foi discutir os avanços existentes na estrutura curricular da rede municipal da educação básica no município de Barro-CE, a partir do desenvolvimento de práticas educativas que busca colocar em vivência o estudo da lei. Para a secretária de educação barrense, Francisca Feitosa,

A data comemorativa do dia 20 de novembro encontra-se proposto no calendário letivo a partir do ano de 2022. Podemos considerar um avanço significativo com a inserção da data. Nós da secretaria de educação, deixamos os professores e a gestão escolar com autonomia para celebrar a data da melhor forma possível que busque o conhecimento, e principalmente, o respeito. (Entrevista realizada em julho de 2022, Francisca Feitosa, Secretária de Educação, 2023).

A fala da mesma vai de acordo com uma das falas dos estudantes entrevistados ao ser questionado sobre sua participação e aprendizagem na aplicabilidade vivenciada. Assim, o aluno Gustavo afirmou

Eu me considerava racista. Não gostava de estar na mesma sala que negros ou brincar com eles na quadra. A partir dos estudos desenvolvidos conosco, o professor conseguiu me levar a refletir e ter consciência. Hoje, meu melhor amigo é negro. Aprendi a amar todos do jeito que são. (Entrevista realizada em fevereiro, Gustavo, 1º médio, Cuncas-CE, 2023).

Podemos destacar nos depoimentos dos sujeitos que a abordagem temas culturais e no desenvolvimento de aplicabilidades deve ser utilizada pelos educadores professores como ferramenta de afirmação identitária e no conhecimento de si e das demais culturas existentes. Através de aplicabilidades que favoreça a aprendizagem e o respeito entre os sujeitos se faz de suma importância o seu desenvolvimento na formação educacional e intelectual. Portanto, tais aplicabilidades contribuem para a luta e o combate no ensino de História eurocêntrica, assim como, no combate ao racismo existente no sistema educacional brasileiro. Não ficando restrito apenas a aplicações de leis que ficam engavetadas e não dialoga com a vida social do lugar e de todos os sujeitos. É preciso lutar! É preciso unir forças na luta antirracista e vencer as malezas impostas a população negra brasileira. Ter uma educação igualitária que dialoga com temas culturais e sociais fortalecerá se trabalhado adequadamente, os surgimentos de cidadãos engajados nos movimentos e lutas sociais.

CAPÍTULO 2 – DESDOBRAMENTOS E APLICABILIDADES DA LEI 10.639/03 NO SISTEMA EDUCACIONAL BARRENSE

Ao longo da história do povo negro brasileiro, movimentos sociais e intelectuais uniram forças e lutaram por melhores condições de vida em todos os âmbitos. No presente capítulo, realizo uma abordagem historiográfica dos processos de lutas e conquistas obtidos no país e na educação brasileira. Assim como, análises de aplicabilidades da lei 10.639/03 efetivadas com sucesso nas instituições de ensino barrense.

2.1. Rompendo barreiras: os desafios da escolarização negra e a luta pelo acesso à educação

Na questão racial, as transformações ocorridas na educação são frutos obtidos pelos movimentos sociais negros. Frutos que perduraram anos de lutas e embates políticos. Nos anos 2000, podemos destacar a criação da Lei Federal em 9 de janeiro de 2003. A referida lei de nº 10.639/03 torna obrigatório o estudo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo escolar das instituições públicas e privadas do país. Conquista obtida aos anseios de mudanças, pensamentos e lideranças de intelectuais e movimentos sociais negros.

A conquista desta lei deve ser entendida e compreendida através de um longo caminho árduo de sujeitos que não desistiram de seus ideais e de uma sociedade melhor na qual as diferenças étnicas possam viver em igualdade de direitos. Foi uma luta de um grupo social que ao longo da história estavam excluídos da sociedade. Desta forma, a mesma jamais deve ser entendida que foi o governo brasileiro que mudou sua postura e viu a necessidade da importância do estudo e da história dos povos africanos e afro-brasileira na vivência educacional. Ela jamais será vista como tentaram há décadas difundir que a lei Áurea foi por compaixão, pena da princesa Isabel para com os africanos escravizados. Ambas as leis são conquistas obtidas ao longo de barreiras impostas a população negra brasileira.

Cabe ressaltar que antes da promulgação da lei 10.639/03, avanços na organização curricular já se destacavam. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Diretrizes (1996-2001) apontam uma educação inclusiva e multicultural. De acordo com os PCNs, no ensino de história “espera-se que ao longo do ensino fundamental os alunos gradativamente possam ampliar a compreensão de sua realidade,

especialmente confrontando-a e relacionando-a com outras realidades históricas, e, assim, possam fazer suas escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações”.

Em relação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece abordagens culturais e étnicas a serem estudadas no processo de ensino-aprendizagem. O documento apresenta caminhos a serem seguidos por gestores e educadores nos sistemas educacionais. Assim, ao ambiente escolar, a lei nº 9394/96, ressalta que deve permanecer os princípios da Constituição Federal de 1988: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento e a arte e o saber” (BRASIL, LDB, 1996, p. 1).

Os educadores, em destaque, os professores de História têm em suas mãos o compromisso de transformar o ensino de História e que, através do ensino, haja maneiras diversas de pensar, refletir e fazer história. Diante disso, a reflexão e a conscientização de nosso ofício enquanto educador contribuirá para modificar as ações pedagógicas e a unir forças no combate a educação antirracista.

A mudança constante de nossas atitudes, posturas e práticas de ensino leva-nos a refletir e compreender o mundo em todas suas fases. Não priorizando determinados grupos, sujeitos e fatos históricos. O ensino deve contemplar o todo. E isso é fruto do movimento intencional da nossa consciência onde podemos “recuar indefinidamente seus horizontes e, dentro deles, ultrapassar momentos e as situações, que tentam retê-la e enclausurá-la” (FREIRE, 2011, p.8). Portanto, essa prática, a partir da qual se problematiza os conceitos e ações instaurados se questiona a história construída baseada na visão europeia e da branquitude, leva-nos à possibilidade da libertação dos conflitos culturalmente baseados no racismo, beneficiando assim não somente a população negra, mas a todos e todas. Esta não é uma luta heroica de um determinado movimento social ou pessoas, mas um desafio de toda comunidade. Conforme a filósofa afro-americana Angela Davis,

Quando celebramos a história negra, o objetivo principal não é representar as pessoas negras que foram pioneiras e, individualmente, romperam barreiras ao desempenhar diversos papéis nas muitas áreas historicamente fechadas às minorias étnicas, embora seja fundamental reconhecer esse pioneirismo. Mas, antes, comemoramos a história negra, creio, porque são séculos de luta pela conquista e pela ampliação da liberdade para todas as pessoas. (DAVIS, 2018, p. 105-106).

Como nos ressalta Ângela Davis, entendemos a partir da mesma que compreendemos o processo e desenvolvimento de luta tanto como algo que exige esforço individual quanto o resultado da força histórica do sujeito transindividual.

Entretanto, mediante os vários esforços empreendidos por historiadores, movimentos sociais e intelectuais em todos os campos da sociedade, analisamos que a educação apresenta algumas lacunas a serem preenchidas. Tanto referente a formação dos educadores, ao desinteresse das instituições governamentais, o currículo arcaico ainda existente em determinadas escolas, dentre tantas outras. Tais lacunas começam a ser preenchidas por iniciativas de estudantes universitários, docentes e pesquisadores que tem o currículo, o ambiente escolar e a cultura negra como campos de estudos. Mas não só deles, mas dos vários movimentos negros, de artistas, de políticos negros.

2.2. A visibilidade consentida e conquistada nos currículos escolares

São as crianças, jovens, homens e mulheres pardos ou negros existentes nos locais de trabalho, em sua vizinhança, nas ruas e nas escolas são eles que resistem e enfrentam o preconceito e o racismo. São eles sujeitos históricos que herdaram heranças de nossos antepassados e que contribuem na cultura do Brasil.

Diante das várias lutas, as sementes começaram a frutificar. Dentre os anos 1970/1990 os anseios e reivindicações da população negra brasileira tomaram novos direcionamentos. Dentre os novos mecanismos, destacamos as resoluções do Conselho Nacional de Educação criado pela lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995 e ainda o Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004 apresentando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o estudo e ensino de História da Cultura Africana e Afro-brasileira de 09 de janeiro de 2003 no currículo escolar abordando temáticas de conhecimento, valorização e conscientização da história do povo negro no Brasil a serem desenvolvidas nas práticas educativas dos docentes. Cabe destacar aqui que a lei 10.639/03 no ano de 2008 ela sofreu alteração em seu documento, passando a se tornar a lei 11.645/08. Com a alteração, a mesma acrescenta além do estudo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, o estudo da História e Cultura dos Povos Indígenas do Brasil.

Diante do contexto, percebemos que a educação brasileira a passos lentos se inicia o enfoque da diversidade cultural no currículo de maneira interdisciplinar. Buscando orientar as instituições de ensino a incluírem a temática proposta da referida lei em seu currículo e planejamentos pedagógicos a partir do documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, enfocando temas em torno da pluralidade cultural. Publicados no decorrer dos anos 2000, alguns objetivos propostos no documento, destaco:

Conhecer a diversidade do patrimônio étnico-cultural brasileiro, tendo atitude de respeito para com as pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo a diversidade cultural com um direito dos povos e dos indivíduos da democracia (BRASIL, PCN - Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, 2001, p. 59).

É de suma importância o estudo dos documentos. Os mesmos auxiliam os docentes em seus planejamentos, intervenções e práticas educativas. O conhecimento das temáticas objetiva a conscientização dos sujeitos envolvidos na troca de conhecimento no processo de aprendizagem. Desta forma, a visibilidade conquistada ao povo negro brasileiro seguirá quebrando barreiras e a romper os obstáculos existentes na garantia de direitos tendo assim maior destaque e penetração do que a visibilidade consentida.

As Diretrizes têm por objetivo propor conteúdos programáticos temáticos que visem um melhor conhecimento da cultura africana, utilizando interlocutores para a implantação de projetos e propostas dessa natureza. Como exemplo, o Movimento Negro Unificado que muito fez e continua a fazer no país no combate a educação racista e ao racismo. Sendo assim, a legitimidade foi deixada ao próprio Movimento Negro para tratar das questões relacionadas à educação do povo negro brasileiro:

Movimentos sociais negros se concentravam na luta pela educação do negro, a imprensa negra – nascida dessas organizações tornou-se difusora de ideais que relacionava educação e ascensão social. O Movimento Negro, neste momento inicial, trabalhava no sentido de conscientizar a população negra da importância do estudo para integração e ascensão social (GONÇALVES, 2005, p. 03).

O caminho proposto pelas diretrizes contribui para um marco importante na educação. O documento apresenta uma discussão sobre identidades e suas relações na vida cotidiano do país. Problematisa também o combate às práticas de ensino racistas. Segundo as historiadoras Marta Abreu e Hebe Mattos (2008),

O parecer aprovado pelas “Diretrizes” possui um tom claramente mais político que o dos PCNs, já que diretamente relacionado a questão do combate ao racismo. De maneira inequívoca, educadores diretamente ligados aos movimentos negros respondem agora pela redação do documento. Nesse sentido, o parecer se propõe “oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, a demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ação afirmativa, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade” (ABREU e MATTOS, 2008, p. 09).

É de suma importância que o educador em seu ambiente de trabalho apresente uma carga de conhecimentos sobre a historiografia brasileira e sua cultura. De acordo com o antropólogo Pereira (2008), tal atitude implica que os docentes renovem seus conhecimentos e prática docente, a partir de cursos ou formações, para desta forma, tornar-se capacitados a transmitir o conhecimento. Diante da visibilidade consentida à população negra ao longo do tempo referentes a educação, alcançamos oportunidades e conquistas da participação dos sujeitos negros nas escolas, graças as lutas e as mudanças impostas e estabelecidas nos avanços consentidos nos documentos oficiais em torno do currículo escolar.

Compreendemos que a partir da implantação e aplicabilidades da lei 10.639/03 no currículo escolar e nas práticas educativas nas instituições escolares os sujeitos negros terão maior visibilidade, tendo em vista, se as abordagens forem efetivadas com empenho, conhecimento e reflexão. Observa-se que a lei contempla de modo particular, as aulas de História do Brasil, Literatura e Artes.

Sabemos que atualmente há um vasto campo de estudos que pesquisam em torno da temática que contribui para estudos complementares, debates e organização de projetos. As escolas devem construir e realizar atividades que contribuam para a formação dos saberes de seus educadores e estudantes. Por meio de projetos pedagógicos, rodas de conversas, oficinas e exposições temáticas, dentre outras, vivenciem anualmente a troca de conhecimento em torno da história e cultura do povo negro brasileiro.

Existem outros pontos envolvidos, nesse processo existente de silenciamento e exclusão de estudos em torno da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, concluo que necessita com urgência serem discutidas, debatidas e, principalmente, questionadas sobre quais métodos de ensino colocado em prática. Desta forma, como aponta os educadores Moreira e Tadeu (2013, p. 49), “o currículo e as questões educacionais mais genéricas sempre estiveram atrelados à história dos conflitos de classes, raça, sexo e religião”. E, mais além, que a formação do currículo escolar é construída através do “resultado da seleção de alguém, da visão de um

determinado grupo acerca do que seja conhecimentos legítimo” (MOREIRA; TADEU, 2013, p. 71). Portanto, o currículo é um campo de disputa.

Houve um despertar da consciência de lideranças de movimentos que se encontram no poder em perceber a importância da valorização da diversidade cultural e étnica do país. Para tanto, necessita ser refletido e discutido nos currículos escolares em busca da promoção da equidade no convívio social. Portanto, a luta continua em busca de maior visibilidade ao povo negro brasileiro.

Uma educação escolar para a diversidade cearense no município de Barro-CE deve possibilitar aos atores sociais negros o pertencimento identitário e o orgulho da história do seu povo. Diante disso, cabe a todo e qualquer estabelecimento de ensino público ou privado buscar desenvolver e estimular aplicabilidades pedagógicas em torno da lei 10.639/03 que atuem no processo de ensino-aprendizagem, buscando assim, a desconstrução de estereótipos e conceitos pejorativos. Desta forma, estaremos oportunizando os estudantes negros que se reconheçam enquanto sujeitos sociais diferentes, mas jamais desiguais. Porém, para chegar a obter resultados nessa trajetória, é necessário que todos os envolvidos na educação repensem as relações existentes entre a história e acultura negra local e regional.

Diante do exposto, uma das funções primordiais para o êxito acontecer na prática refere-se aos educadores. A eles, é essencial que estejam qualificados, preparados e habilitados para abordar os temas, conceitos e situações diversas que possam ocorrer no ambiente escolar. Assim, conseguindo identificar os estereótipos, ideologias e práticas racistas que se encontram nos materiais didáticos, paradidáticos ou nas falas de algum estudante ou colega de trabalho e até mesmo nas mensagens trocadas em grupos nos aplicativos das redes sociais. Faz-se necessário também que os profissionais da educação busquem se qualificar e que adquiram conhecimentos diversos que os auxiliem em seus planejamentos de aulas e na elaboração de projetos e aplicabilidades, tentando assim, lidar com as dificuldades e impasses a serem encontrados no decorrer do percurso, sejam elas conceituais, metodológicas ou práticas que ocorrem na transferência da realidade existente na cultura cotidiana no sistema educacional e que acaba levando-os em determinados momentos a incorrer em eurocentrismos (SANTOS, s/d).

No município de Barro, por mais que boa parte da população seja composta por indivíduos considerados pardos/negros, na cidade falta ações e políticas forte que busque valorizar e marcar a identidade da população negra local, como por exemplo, instituições, ou comunidades quilombolas. Evitando generalizações, a cidade possui um grupo de capoeira que em parceria com a Ação Social da Prefeitura Municipal de Barro realiza projetos buscando incentivar crianças e jovens a conhecer e praticar a capoeira. As aulas ocorrem normalmente nas instituições de ensino dos distritos (Cuncas, Iara, Serrota, Engenho Velho e Monte Alegre).

Em contrapartida, na cidade próxima, Milagres-CE, que faz parte da região do cariri cearense, existe na localidade a presença de congos que buscam reafirmar os valores, heranças e identidade étnica e cultural do povo negro local. Em Milagres-CE, a busca pelo pertencimento se manifesta através dos valores de adoração em torno dos seus deuses. Tais valores são símbolos de resistência e do amor por seus ancestrais e de sua cultura, da consagração em torno da consciência étnica (ALVES, 2006). Por meio da festividade do congo em Milagres-CE, os valores e heranças culturais trazidos por diversas etnias a região do cariri, Ceará e do Brasil são celebradas, reproduzidas e exaltadas (TEIXEIRA e AGUIAR, 2008). Por isso, apontamos a busca de redimensionar as diretrizes e princípios da educação escolar no país por meio de uma abordagem criativa:

Em que a ancestralidade possa redefinir a alegria de partilhar de um espaço rodeado de práticas civilizatórias e o viver dos antepassados negros, conduzindo para um processo de mudanças e enriquecimento individual e coletivo, em que a emoção, a paixão e a música e a magia estão sintonizadas por tambores do congo (SOUSA, 2005, p. 29).

Para a superação dos obstáculos e das desigualdades raciais existentes é relevante a necessidade de criar práticas educativas, projetos pedagógicos e aplicabilidades nos espaços escolares que enfoquem estratégias de combate ao preconceito e racismo. Diante disso, “o ambiente escolar deve inserir a questão racial, quilombola, identidades e africanidades no seu projeto político pedagógico, toma-lo como eixo de aplicabilidades e articulá-lo nas discussões que permeiam o currículo escolar” (GOMES, 2007, p. 102).

Diante do exposto, concordamos com Gomes (2009) que para a inclusão da lei 10.639/03 e dos eixos temáticos em torno das relações étnico-raciais no ambiente escolar, é essencial ir além, buscar novos mecanismos, propostas pedagógicas,

aplicabilidades e projetos, não ficarmos retidos a existência de programas ou eventos específicos construídos de forma descontínua e aleatória. O essencial e relevante é a abordagem do conhecimento a ser acumulado pelos sujeitos para que consigam se tornarem ativos e críticos, respeitando e valorizando a diversidade étnica cultural existente em nossa localidade, região e território nacional. Esta discussão conduz a:

inserção da questão cultural nas metas educacionais do país, no Plano Nacional de Educação, no Plano de Desenvolvimento da Escola, nos planos estaduais e municipais, na gestão escolar e nas práticas educativas, pedagógicas e curriculares de forma mais contundente (GOMES, 2009, p. 41).

Tais propostas de reformulações dependem essencialmente da luta da sociedade por completo para que o direito a diversidade étnica e cultural seja uma conquista efetivada com êxito e garantido no currículo escolar.

Além dos aspectos citados acima, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e a Resolução CNE/CP nº. 01/2004 orienta que os estabelecimentos de ensino do país no segmento do Ensino Superior contemplem em seus currículos educacionais os eixos temáticos em torno da História da África, Identidades, Relações Étnico Racial nos cursos superiores.

Vale destacar também, que o que propõe tais documentos, ainda enfatiza que as instituições superiores ofereçam aos universitários atividades de pesquisa e extensão em torno das temáticas, visando assim criar um ambiente propício para que os futuros professores enriqueçam seu conhecimento intelectual e que avancem na compreensão de quebrar as barreiras e ir além das fronteiras a busca pela ampliação do currículo escolar na contemplação da diversidade cultural, étnica, social e econômica do Brasil (DCN's, 2003).

2.3. Vivências pedagógicas de aplicabilidades da lei 10.639/03 no sistema educacional do município de Barro – CE

O desenvolvimento de um projeto pedagógico escolar que ressaltasse a importância da cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar do município local, iniciou-se na escola Expedito Álvaro Feitosa, no distrito de Iara.

Busquei juntamente com a professora de História desenvolver um momento cultural no qual os estudantes vivenciassem na teoria e na prática o conhecimento da história do povo negro brasileiro e de suas heranças culturais. Trabalhamos em sala de

aula os eixos teóricos através de rodas de conversas, debates, exposições de pequenos vídeos, documentários e filmes, questões temáticas envolvendo preconceito, lutas e racismo. Desta forma, as atividades foram realizadas em sala de aula através de seminários divididos entre as turmas do 6º ano ao 9º ano. As exposições realizadas pelos estudantes objetivaram a reflexão de posturas, atitudes e mentalidades dos estudantes. Os estudantes por meio desta vivência tiveram entendimento e compreensão da relevância do estudo da cultura negra no processo da sua formação educacional e na afirmação de sua identidade. A cultura africana pôde ser discutida através de campos temáticos. Dialogando com a vivência da temática no ambiente escolar e no processo educacional dos estudantes, Silva (2006) afirma,

[...] a presença negra nas nossas manifestações culturais é muito mais marcante. Ela não ocorre unicamente nas manifestações esportivas e/ ou entretenimento, mas em todas as instâncias: nas linguagens falada, escrita e gestual; no vestuário; nas artes; na mentalidade; na filosofia de vida; nos sentimentos; na religiosidade; na musicalidade; nas relações pessoais e familiares (SILVA, 2006, p.129).

No que concerne ao Projeto Político Pedagógico da instituição, existia um tópico dentro do documento que abordava a existência de práticas educativas em torno da diversidade cultural dos povos brasileiros a serem trabalhadas com os estudantes, assim como, o estudo dos temas transversais e da lei 10.639/03. De acordo com o PPP,

[...] o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena focando principalmente na ampla diversidade sociocultural brasileira e conhecimento de vivências que contribuam para disseminar injustiças sociais e qualquer forma de preconceito e discriminação que recaiam sobre si e sobre o outro e para que o educando possa desenvolver atitudes de repúdio a essas práticas. Esta instituição aborda esta temática inserindo tais conteúdo dentro das áreas de conhecimento, por se tratar de um tema transversal, através de sequências de atividades e projetos interdisciplinares que colaborem com a transformação de atitudes dos educandos (PPP, Escola Professora Catarina Tavares, 2017, p.47- 48).

Sendo assim, o PPP apresentou diretrizes centrados nos temas e objetivos em torno da disciplina de história. Contudo, desde a criação da lei, as práticas educativas em torno da sua efetivação se detêm exclusivamente através da individualidade de professores e estagiários. Para tanto, quando questionadas sobre o desenvolvimento de aplicabilidades efetivas nas aulas de história ou na instituição a resposta obtida é ficar restrito apenas ao dia 20 de novembro, e ainda nitidamente. Não aprofundando a temática na construção do conhecimento dos educandos, nem tampouco na elaboração de aplicabilidades que venha objetivar o combate ao racismo e da re(va)lorização das

culturas locais, africanas e indígenas. Portanto, é nítido ao analisamos o PPP da instituição que a inserção da lei no documento existe, porém, não é realmente colocada em prática na vida dos sujeitos, e nem tampouco, se orienta a refletir sobre mudanças de posicionamentos e mentalidades, mediante os processos de lutas, movimentos sociais negros e consequentemente da influência da cultura negra na formação da identidade cultural e nacional. O protagonismo estudantil durante a vivência da prática educativa. Tais questões é uma realidade da educação barrense. A vivência dos estudantes no processo de conhecimento e aprendizado da lei 10.639/03 foi um marco significado para a educação da instituição local. O projeto ganhou destaque e visibilidade além do distrito.

Para tanto, segue abaixo algumas imagens que se encontra no acervo pessoal do autor que registram os momentos de protagonismos dos estudantes, assim como, de suas narrativas apresentadas nas entrevistas.

Figura 6 - Apresentação do projeto aos alunos



Fonte: Acervo Pessoal do Autor.

A imagem acima refere-se a um dos vários momentos que estive apresentando a proposta nos estudantes, turma por turma. A apresentação do projeto a ser desenvolvido com eles, foi apresentado durante as aulas de história. A professora Isabel Fernandes cedeu suas aulas para exposição e debates. Na imagem acima estou apresentando para a turma do 9º ano, no turno da tarde, em agosto de 2019.

Durante a explanação do projeto visando a aplicação da lei 10.639/03 através do desenvolvimento da aplicabilidade na prática entre os alunos e professores, o autor

realizou a apresentação de forma expositiva. Busquei debater os objetivos do projeto, a relevância da realização e participação dos mesmos no projeto e os pontos importantes da lei, na formação intelectual, cultural e identitária, em busca da valorização da cultura africana e afro-brasileira no cotidiano escolar.

Após a explanação teórica, partiu-se para o diálogo com as turmas sobre como ficaria dividido os temas propostos no projeto “Eu, tu & nós: somos todos África” para a I Feira Cultural Afro-brasileira do CAT (Catarina Tavares). Na turma da imagem presente acima, os estudantes foram orientados por mim e pelas professoras de história (Adriana e Isabel) a estudarem as “Personalidades Negras” e as “Comunidades Quilombolas do Ceará”, em particular, a comunidade quilombola dos Souza, localizada no distrito de Vassourinhas, em Porteiras-CE onde os mesmos vivenciaram o contato com a comunidade através da aula de campo, em setembro do mesmo ano.

Esse primeiro contato com os alunos fez parte da I Fase do projeto pedagógico. Durante a I fase, a mesma foi estabelecida por apresentar manifestações artísticas e culturais. Entre maio/julho de 2019, o projeto foi elaborado, estudado e aprovado pelas professoras gestão escolar e pelo orientador da graduação. Em agosto, o projeto foi apresentado as turmas e aos responsáveis dos estudantes na instituição local. Em setembro até meados do mês de novembro foi realizado os ensaios da parte artística que faria parte da I fase do projeto e o desfile para a escolha da Miss Afro 2019.

Figura 7 - Ensaio da peça “A resistência Negra”



Fonte: Acervo Pessoal do Autor.

A imagem acima refere-se aos registros dos ensaios com os alunos da instituição local. Na presente imagem, o autor junto com a professora de história está com os alunos das turmas do 9º ano, 8º ano e 7º ano ensaiando a peça teatral “A Resistência

Negra” da pedagoga Rosa Margarida que se encontra no material paradidático “Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro” e as danças afro-brasileira.

Durante os ensaios da peça, buscamos abordar a originalidade do texto. Para tanto, a história era narrada pela narradora (Sâmia, aluna do 7º ano). Os personagens que faziam arte do teatro eram o Bobo da corte (Manoel, 7º ano), grupo de dança afro (meninas do 8º ano e 9º ano), Orixás (estudantes do 7º ano), grupo de capoeira (meninos do 7º ano, 8º ano e 9º ano), Governador Souto Maior (Guilherme do 9º ano) e o Bandeirante Domingos Jorge Velho (Talison, 9º ano). O objetivo central da peça era mostrar através da encenação a situação ao qual os africanos escravizados viviam e romper com a história de que os mesmos aceitaram este sistema de forma passiva. A peça enfatiza a resistência e a luta que grupos e líderes tiveram que enfrentar para sobreviver e manter sua cultura viva. A cultura permanece viva até os dias atuais em todos os aspectos da sociedade, e no teatro apresentado pelos estudantes temos o conhecimento das heranças culturais existentes na dança e na religião.

Os ensaios com os estudantes envolvidos durante a I fase do projeto pedagógico foram realizados no turno da manhã na quadra esportiva da escola. Durante todo o processo contei com o apoio dos pais e gestão escolar. Como os alunos estudavam a tarde, muitos dos pais iam levar seus filhos e esperava o término dos ensaios pra levá-los para casa e voltarem a tarde nos transportes escolares. A gestão escolar e as professoras apoiaram com alimentação aos envolvidos, compra de materiais para confecção de roupas, cartazes e painéis.

Os estudantes foram incentivados diariamente a serem protagonistas. Que através da vivência da prática educativa do projeto se tornassem novos cidadãos conscientes e críticos da realidade do mundo. Tendo em vista, a diversidade existente no Brasil, lutando por seus direitos, respeitando as diferenças, e acima de tudo, combater o racismo.

O trabalho foi árduo. Foram dias puxados e cansativos onde tinha que manter o foco e o equilíbrio, principalmente, o corpo. Durante as manhãs tive que conciliar estágio, aulas no Programa Mais Educação; no turno da tarde, estágio docente e a noite aulas na Universidade. Tirando isso, o resultado foi satisfatório. Foi prazeroso e fazia tudo novamente. Falo não apenas por mim, mas por todos os envolvidos que fizeram

parte deste projeto, e que no decorrer da dissertação, nos depoimentos dos mesmos, fica nítida a vontade de estar inserido em outro projeto como o que foi realizado em 2019.

Figura 8 - Imagens do ensaio da dança da capoeira e maculelê



Fonte: Acervo Pessoal do Autor.

Acima são registros de uma manhã de ensaios na quadra da escola. O autor da pesquisa encontra-se com estudantes das turmas do 7º ano, 8º ano e 9º ano. A imagem refere-se aos ensaios da dança do maculelê⁸, capoeira e o jongo⁹. Tais danças foram apresentadas na culminância da I fase do projeto em 20 de novembro de 2019, às 15h00 na quadra da escola Professora Catarina Tavares, em Cuncas, Barro, Ceará.

O protagonismo dos estudantes foi marcante. Em todos os ensaios, eles estavam presentes. Até em dias de chuva, estávamos lá, ensaiando para tudo sair maravilhoso. Comprometimento e talento os estudantes da escola Catarina Tavares foram além do que imaginava.

Fazendo uma análise entre a experiência dos estudantes de Cuncas nesta aplicabilidade com os estudantes de Iara em 2016/2017 a participação dos estudantes de Cuncas foi praticamente 100%, enquanto, em Iara, a participação não foi total, porém, os que participaram, fizeram valer a pena a experiência. Enquanto, em Cuncas, toda a instituição estava centrada no projeto, incentivando os estudantes, pais e educadores a fazerem parte e a contribuir, na outra o incentivo ocorreu apenas pelo presente autor e a professora de história.

Um fato concreto e real dessas dualidades vivenciadas em instituições distintas destaco o empenho de quem estava a frente, da dedicação e do domínio da temática

⁸ Maculelê é uma dança folclórica da Bahia, com base na cultura afro-brasileira, que simula uma luta tribal usando bastões de madeira ou espadas, onde sua origem se encontra ligada na época do Brasil Colônia

⁹ O jongo é uma dança afro-brasileira dos ancestrais africanos, dos pretos-velhos escravizados, que remete ao povo do cativo. Nesta dança, ela é praticada ao som de tambores.

que eles tiveram que expor para a comunidade escolar. Infelizmente, quando retornei a instituição escolar em Iara para solicitar os registros da vivência obtive que a máquina fotográfica que continha todas as imagens e vídeos tinha sido roubada da instituição durante a pandemia da COVID-19. Tentei entrar em contato com a professora do período em destaque, mas até o momento não obtive nenhuma resposta positiva sobre o acervo fotográfico. Ficará aqui registrado, os momentos da vivência da aplicabilidade da lei 10.639/03 no distrito de Cuncas em 2019. Sendo assim, dando continuidade ao estudo, apresento a seguir as imagens das apresentações culturais de dança e teatro.

Figura 9 - Apresentações culturais de dança e teatro na I fase do projeto



Fonte: Acervo Pessoal do Autor

Nas imagens seguintes são registros da culminância da I fase. Nas imagens acima, ressaltamos as apresentações da abertura do projeto com as danças afro-brasileira do maculelê e do jongo, assim como, da música “Ilê Pérola Negra” da Daniela Mercury. Podemos visualizar na imagem acima uma cena de uma mãe negra e um filho negro que sofriam castigos e maus tratos nas fazendas, engenhos e cativeiros existentes no Brasil Colônia. Na cena, o menino escravizado é representado pelo aluno Luiz da turma do 6º ano e a mãe Célia, pela aluna da Educação de Jovens e Adultos.

Na culminância da I Fase recebemos convidados da Secretaria de Educação de Barro, professores aposentados, pais, educadores da instituição e estudantes. A aluna convidada que se encontra na mesa de convidados é Cibele Oliveira, vencedora do desfile Afro realizado na prática educativa em Iara no ano de 2016/2017, na escola Expedito Álvaro Feitosa. Esse primeiro momento cultural foi rico em conhecimento dos

elementos que constitui a identidade negra brasileira, assim como, da diversidade afro-brasileira, na música, dança, religiosidade e no teatro.

Figura 10 - Cartaz e mesa de convidados na culminância da I fase



Fonte: Acervo pessoal do autor

Na imagem acima podemos visualizar o cartaz de divulgação do projeto e a mesa de convidados para prestigiar a culminância da I fase do projeto na quadra da escola Catarina Tavares. Abaixo, visualizamos a imagem da Miss Afro que venceu o concurso entre 15 candidatas juntamente com as gestoras e professoras da instituição.

Figura 11 - Miss afro com equipe de professores e gestão escolar



Fonte: Acervo pessoal do autor

O último momento da tarde do dia 20 de novembro de 2019 foi o desfile da Miss Afro CAT 2019. Um desfile ao qual mostrarmos a beleza feminina negra das estudantes locais. Cada uma com suas características próprias, suas identidades pessoais, carisma e simpatia. Os critérios avaliativos dos jurados foi simpatia, figurino, desenvoltura na passarela e a identidade étnica. Todas são vencedoras por estarem ali presentes, enfrentando seus medos, timidez e o preconceito. Foram todas brilhantes.

Foram quatro meses de intenso trabalho, planejamento, ensaios, reuniões e ansiedade. O clima na escola foi contagiante e animado. Os estudantes só falavam no projeto, na ansiedade e nervosismo que estavam sentindo para apresentar o que assimilaram para a comunidade local e convidados. A alegria nos olhares dos alunos me contagiou. Senti que consegui alcançar o objetivo, envolver todos dentro do projeto. Foi um momento ímpar para todos. Um dia inesquecível. Rompeu barreiras na localidade e foi destaque no rádio, Secretaria de Educação, na Ação Social do município e nas demais escolas do município. O momento cultural foi único e mostrou as belezas e heranças do povo negro brasileiro.

A vivência desta aplicabilidade em torno da lei 10.639/03, possibilitou levar os educadores a refletirem seus planejamentos e a considerar a relevância da abordagem da temática no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Desta forma, contribuiu para combater o preconceito, a valorizar a identidade negra e diversidade cultural do país. Desta forma, momentaneamente as reflexões em torno do conhecimento adquirido pelos estudantes e docentes na prática educativa, assim como, nas entrevistas cedidas por eles, ficou a certeza de muitas lacunas e a necessidade de uma luta em prol de uma educação antirracista no Brasil, e na cidade de Barro. Afinal, o presente estudo levou a Secretaria de Educação a repensar suas estratégias de ensino e formações. Podemos então, considerar, que a passos curtos a lei 10.639/03 vem sendo vivida no currículo escolar do município.

Os resultados obtidos durante a vivência da I Fase contribuíram para que os estudantes refletissem sobre a importância de valorizar as heranças culturais e artísticas dos africanos. A valorização dos sujeitos negros foi alcançada. O empoderamento das alunas nos dias seguintes na instituição com alegria, bem vestida e valorizando a cor da pele foi notável para todos. Os que se sentiam excluídos, foram abraçados pelo que praticavam atos preconceituosos e racistas. Na semana seguinte, teve uma reunião com todos os envolvidos. Houve choro, pedidos de desculpas, abraços e muito aprendizado ressaltado nas falas dos alunos.

Por serem os grandes protagonistas do momento histórico vivenciado no dia 20 de novembro de 2019, os alunos estavam envolvidos em tudo, desde a ornamentação até o dia da culminância. Os materiais utilizados por eles nas peças e danças foram os próprios pais deles que confeccionaram ou compraram. Vestimentas e acessórios cada um buscou acrescentar. A gestão escolar ajudou no que pode, desde a impressão de materiais, tecidos, panos, aulas cedidas e alimentação para os estudantes que estavam presentes nos ensaios pela manhã, tarde e inclusive durante a noite.

Todos os materiais, com exceção dos pessoais dos alunos ficaram na instituição. O projeto desenvolvido ficou guardado na biblioteca da escola, na caixa de e-mail e em uma versão impressa. As professoras buscaram adquirir materiais como livros e paradidáticos para abordarem em suas aulas. Doei alguns materiais que possuía para ajudar nos planejamentos e na continuação da aplicabilidade no decorrer dos anos.

O acesso a materiais que abordem as questões raciais e a lei 10.639/03 no município de Barro, é pouco tendo em vista a não aplicação da lei no currículo escolar do município. As dificuldades são várias, mas as professoras e a gestão escolar buscaram subsídios para ter acesso a esses materiais. Seja comprando, baixando em PDF, campanhas de doações que foram realizadas, entre outras. Vale destacar que a partir do projeto desenvolvido, alguns professores buscaram aperfeiçoar seus conhecimentos dentro da área, entrando em cursos de pós-graduação.

CAPÍTULO 3 - BRASIL E ÁFRICA: A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NO ENSINO DE HISTÓRIA COMO PROPOSTA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE BARRO (CE)

A partir das análises coletadas nas entrevistas realizadas, aos quais iremos discutir a importância da vivência da aplicabilidade em suas vidas, observamos melhor direcionamento nas questões culturais e práticas da lei 10.639/03. Buscou-se um caminho iniciado como proposta de intervenção e na luta antirracista. Com a realização do projeto foi possível discutir sua relevância entre educadores, estudantes e gestão escolar como ferramenta de auxílio no conhecimento, valorização e no combate ao racismo.

De acordo com Vera Maria Candau (2002), ao discutir o conceito de interculturalidade a partir da diversidade de culturas que integram a sociedade brasileira, podemos encontrar nos espaços escolares um ambiente heterogêneo e repleto de diferenças e particularidades. Desta forma, a importância em desenvolver uma proposta curricular que vise englobar toda a educação barrense e conseqüentemente a efetivação do estudo da lei 10.639/03 na grade curricular da rede municipal. É importante salientar que não é algo inovador a ser construído, mas sim efetivar na prática a existência de uma lei que maioridade e ainda se encontra impasses para sua efetivação. Portanto, a proposta da lei no currículo escolar “tornou-se lugar-comum destacar a diversidade das formas culturais do mundo contemporâneo” (SILVA, 2005, p. 85).

A importância da interculturalidade no currículo escolar possibilitará professores, estudantes e comunidade local a conhecer, valorizar e discutir outras narrativas antes esquecidas, ocultadas e estereotipadas. As características das comunidades que formam o município barrense e a trajetória de lutas que os afrodescendentes sobreviveram a todas as formas de segregação racial vivenciadas podem contribuir significadamente para crianças e jovens no processo do conhecimento, identidade e valorização do seu eu, ou seja, sua identidade histórica. Conhecer o outro lado da história através de outro viés, que não seja aquele ao qual vivenciei e experimentei durante a minha vivência educacional, torna-se elemento essencial no processo de construção da própria identidade.

A partir do desenvolvimento da proposta curricular tendo como foco a lei 10.639/03 atual 11.645/08, um dos pontos motivacionais da presente dissertação,

busca expor um novo olhar. Os resultados obtidos neste estudo, almejam apresentar uma proposta na prática e educativa como fonte norteadora para novas continuidades nas escolas da cidade. A mesma contribui para obtenção de resultados positivos referentes à busca de uma educação igualitária, intercultural e antirracista. Sendo assim, “a interculturalidade é um processo contínuo nas relações entre teoria e prática, entre conceitos e suas múltiplas significações, oriundas do diálogo entre diferentes padrões culturais de que são portadores os sujeitos que vivenciam o processo educativo” (SILVA; ROCHA, 2006, p. 103).

A aplicabilidade vivenciada objetivou destacar também que o currículo “está indescritivelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, na nossa subjetividade” (SILVA, 2004, p. 15). Diante disso, o ambiente escolar passa a apresentar novas inovações metodológicas de ensino-aprendizagem, deixando de ser apenas uma reprodutora de momentos e datas comemorativas como é notório ver nas escolas do município nos dias atuais. Tal surgimento de um novo olhar no currículo escolar, exige um conjunto de fatores peculiares, onde podemos ressaltar os presentes:

É aí que entra a importância da continuidade da luta: a decretação da lei 10.639/2003, que institui o ensino de história da África e da trajetória e contribuição do negro no Brasil, foi apenas uma das conquistas dessa batalha do campo educacional. É preciso continuar junto aos movimentos sociais pelas condições de implementação dessa lei (MESSIAS, 2007, p. 122).

Diante do exposto por Messias e com base na minha visão enquanto sujeito negro, militante e educador, ressalto que a presença de um ensino efetivo nesse horizonte só será alcançada quando todos os envolvidos no processo educacional fizerem presentes diante da proposta e elaboração do currículo escolar. Desta forma, ficamos à mercê de apenas trabalhos e projetos elaborados por graduandos, estagiários, pesquisadores e do interesse de alguns educadores que buscam romper com tais barreiras.

Diante dos fatos expostos, a proposta curricular da instituição de ensino, assim como, das secretarias e gestão, deve proporcionar ambientes que corroboram para os professores, principalmente, no que se refere aos docentes das áreas de História, Educação Artística e Língua Portuguesa, onde consigam encontrar novas metodologias de ensino e sejam inovadores em sua prática docente. Portanto, umas das inovações a serem seguidas e propostas por esse estudo, além do desenvolvimento

de projetos pedagógicos envolvendo todas as disciplinas é derrubar as barreiras existentes para a ausência da lei no currículo escolar barrense através do engajamento de educadores com a temática, seja elas com palestras, cursos, oficinas, entre outras. Assim, diante do contexto, a busca da necessidade de se reelaborar um currículo que englobe a diversidade cultural dos povos africanos e indígenas, fortalecerá os laços entre os sujeitos por meio das formas de agir, sentir e pensar o mundo ao nosso meio, e consequentemente, fazer parte dos princípios básicos e essenciais da educação como pontos norteadores no desenvolvimento de práticas educativas.

Um dos desafios que o presente estudo identificou, refere-se aos docentes não sentirem interesse pela causa proposta. Muitos se fecham apenas ao que a Secretaria de Educação estabelece no calendário letivo e nos projetos de suas disciplinas e avaliações externas (SAEB, SPAECE, Prova Brasil e Olimpíadas de Português e Matemática). Como ressaltado anteriormente, algumas escolas abraçam a causa de forma isolada, sem apoio dos demais profissionais e gestores.

Por esse motivo faz-se necessário investirmos em ações e políticas educacionais que promovam o diálogo entre gestores e docentes em busca de novas visibilidades no currículo escolar, nas formações continuadas para professores centradas no campo de estudo da lei 10.639/03, objetivando combater e ressignificar a história, assim como, compreender que “no âmbito do cotidiano escolar e das práticas educativas escolares formais se impõem “goela abaixo” os valores branco-europeus como “únicos e universais”, a serem incorporados, assimilados, cumpridos e não questionados” (SANTOS, 2005, p. 213).

3.1. Narrativas docentes sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/03

No presente tópico, apresento dados coletados realizados por meio de entrevistas concedidas pelas professoras de história da escola Professora Catarina Tavares, em Cuncas, e que ao lado do autor desta dissertação colaboraram efetivamente no desenvolvimento e sucesso do mesmo. Além da realização da entrevista com as professoras, contamos também com os relatos da gestão escolar e estudantes. O objetivo da realização das entrevistas foi ouvi-los a respeito da sua participação, apoio, colaboração e protagonismo (estudantes) na vivência da aplicabilidade pós 2019.

Para dados concretos visando os objetivos do estudo, busquei construir uma análise da importância e vivência dos mesmos no projeto e os avanços na instituição

local na abordagem dos estudos culturais. Sendo assim, como ressaltados anteriormente, optei pela pesquisa qualitativa da realização de entrevistas como fonte essencial do estudo, e que a partir das análises dos mesmos enriquecerá a dissertação.

A realização das entrevistas está presente no desenvolvimento deste capítulo e apresentadas nos tópicos seguintes. As professoras de história da instituição local Isabel e Adriana, são efetivas da rede municipal de Barro e trabalham há mais de dez anos na unidade escolar. Ambas, lecionam as disciplinas de História e Ensino Religioso no ensino fundamental II. Isabel nas turmas do 8º ano e 9º ano e Adriana 6º e 7º ano.

As professoras quando questionadas pelo entrevistado a respeito da existência da lei 10.639/03 afirmaram em ter total conhecimento da existência da lei, mas que jamais haviam desenvolvido um projeto com o vivenciado em 2019. Ainda afirmaram que pós vivência, buscaram se aprofundar e aperfeiçoar nas temáticas propostas pela lei. Na continuidade, ao serem questionadas sobre a efetividade na lei 10.639/03 no currículo escolar da rede municipal de ensino barrense, a professora Adriana afirmou,

Conheço a lei e sei da importância que a mesma representa para a construção de uma educação antirracista e de sua aplicabilidade no currículo escolar. Portanto, a temática foi valorizada mediante a sua presença na escola, no período ao qual se dedicou em suas aulas com os estudantes, mas que, infelizmente, essa realidade de continuidade aqui não é vista por todos como uma prioridade a ser seguida” (Professora Adriana, Cuncas-CE, 2022).

Por outro lado, a professora Isabel afirmou que aprendeu bastante no processo da prática educativa e que se apaixonou pela temática bem elaborada e desenvolvida pelo pesquisador. Mesmo diante das dificuldades para a efetivação da mesma em nosso currículo escolar, mesmo diante do êxito que foi a vivência da aplicabilidade, acredita num futuro promissor a efetivação da lei em sua totalidade. Assim, a professora diz,

considero bem próxima a realidade de trabalhamos de forma definitiva a lei 10.639/03 com nossos estudantes. Acredito demais nessa nova gestão municipal e buscarei lutar para que essa realidade seja vivida por todos, principalmente, discutidos com a população negra local que compões este estabelecimento de ensino” (Professora Bela, Cuncas-CE, abril, 2022).

Com relação às atividades executadas na escola no decorrer dos anos de (2020-2023) desenvolvidas ou não em prol da continuidade da aplicabilidade da lei no currículo escolar, responderam:

As experiências e práticas educativas desenvolvidas na escola no período em questão que abordassem a temática proposta, e consequentemente a

continuidade do seu projeto na escola não nos foi viável mediante a pandemia. Até o meio do ano de 2020, a rede municipal de ensino estava sem aula, inclusive nem remotamente. Isso levou um déficit de aprendizagem e um quadro preocupante de acúmulos de conteúdos que nós professores necessitava com urgência a ser ministrados. Nenhuma data comemorativa após o meio do ano de 2020 foi celebrada pelas instituições, o foco era aula e recuperar os alunos atraindo-lhes para a participação das aulas, fossem via *WhatsApp* em grupos ou pelo *Google Meet*. No ano seguinte, tivemos que recuperar todas as aulas deixadas para trás, e mais um ano sem projetos pedagógicos. (Entrevista realizada em fevereiro, professora Adriana, Cuncas-PB, 2022).

A instituição local até o momento não desenvolveu nenhum projeto específico que abordasse a continuidade do seu projeto realizado. A continuidade de seu projeto em nossa escola se encontra em pauta para o planejamento pedagógico agora no meio do ano para a volta do 2º semestre letivo. Vamos entrar em contato com o senhor sobre a possibilidade de ministrar um curso ou oficina com nós professores focando em orientações para o desenvolvimento e continuidade de seu projeto. Os detalhes caberão a coordenação lhe comunicar, mas desde já, estou me antecipando. Fique no aguardo. Depois de sua saída da escola que foi uma perda abalável para a gestão e os estudantes, não conseguimos realizar um projeto parecido como o que foi com excelência desenvolvido por ti, em 2019. Os estudantes sempre perguntam sobre uma nova semana da consciência negra, mas até o momento nada se foi feito. Espero e desejo muito que agora nesse segundo semestre possamos trabalhar juntos novamente e dar continuidade ao que plantado aqui. (Entrevista realizada em fevereiro, professora Bela, Cuncas- PB, 2022).

Ao analisar as narrativas das docentes é notório constatar que a escola só desempenhou sua função enquanto elemento formador de opiniões, de respeito e igualdade entre os grupos sociais étnicos relacionados ao estudo proposto pela lei não houve continuidade do mesmo na escola.

Percebemos nas narrativas que ainda existem barreiras a serem derrubadas para o objetivo final ser alcançando, isto é, a efetividade da lei e de sua aplicabilidade no estudo de história e cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar, e que ainda existe um despreparo intelectual de formadores e formações que abordem a temática e qualifiquem os educadores barrenses nas questões étnico-raciais.

Cabe salientar que até mesmo nos cursos de nível superior a temática na maioria das vezes é contemplada de forma optativa na grade curricular dos cursos de licenciaturas, e consequentemente, não buscam se aprofundar em pesquisas que os direcionem no combate a educação racista e na luta antirracista. Assim, esse fator também contribui para o agravamento e despreparo de alguns profissionais da educação com a temática proposta. A presente dissertação também nos demonstra que a rede municipal de ensino barrense pouca se atenta e tampouco busca incentivos e ações de investimentos na formação dos educadores com a temática. O que se tem em

questão, são apenas materiais didáticos e paradidáticos guardados nas bibliotecas escolares.

O que podemos considerar nas narrativas expostas pelas historiadoras é que quando o assunto é o conhecimento, estudo e abordagem de questões étnico-raciais não podemos nos limitar como sendo uma estratégia em volta da burocracia e da efetivação da lei, mas sim, é necessário e essencial buscarmos construir reflexões diante do contexto, e nesse sentido, como nos afirma Munanga (2005, p. 16):

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de descendência negra. Interessa também aos alunos de outras descendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Já em relação à narrativa da professora de história da comunidade ao qual o pesquisador se encontra inserido e que teve todo o seu processo de formação educacional na instituição, em Iara, a professora Maria Erlayne é efetiva há mais de 20 anos. Ela leciona nas disciplinas de História e Ensino Religioso no ensino fundamental – anos finais, e a turma do 2º ano do ensino fundamental – anos iniciais.

Diante dos avanços na legislação educacional do país e da existência da implantação da lei 10.639/03, a professora Maria respondeu que tinha conhecimento sobre a existência da lei, mesmo antes da realização do momento cultural no dia da Consciência Negra realizado pelo pesquisador na instituição de ensino Expedito Álvaro Feitosa nos anos de 2016/2017. Assim sendo, ela não tinha aparato de leitura sobre a lei, mas sabia de sua existência mediante os noticiários e revistas assinantes. Em contrapartida, em relação ao processo de formação continuidade sobre o estudo proposto na temática, a docente afirmou nunca ter participado ou ocorrido alguma formação ou capacitação para os educadores barrenses sobre os estudos em torno da diversidade cultural e das relações étnico-raciais. Para a educadora, assim como, para Adriana e Isabel, a mesma acredita na possibilidade da gestão municipal se atentar à importância do estudo de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na Rede Municipal de Barro. Para ela:

É essencial que nossos estudantes possam adquirir conhecimentos e que busquem valorizar a cultura e heranças culturais deixados pelos povos africanos e indígenas na formação de nossa identidade. E assim, professores,

secretaria e coordenação pedagógica estando unidos na causa irá desenvolver e promover entre todos os sujeitos envolvidos um sentimento de integração social, respeito e valorização para com as diferenças sociais e étnicas existentes tanto na sociedade quanto no ambiente escolar. (Entrevista realizada em fevereiro, professora Maria, Cuncas-CE, 2022).

Em relação se a escola Expedito Álvaro Feitosa desenvolveu práticas educativas visando o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, a professora ressaltou momentos culturais em prol da celebração do dia da Consciência Negra realizada pelo pesquisador nos anos de 2016/2017. Entretanto, a mesma afirmou em dar continuidade ao projeto elaborado nos anos seguintes. A professora afirmou que no ano de 2018, tentou realizar uma Feira Cultural Africana no espaço escolar onde os estudantes ficariam responsáveis por expor em painéis e maquetes a história e elementos culturais dos Reinos da África. Porém, essa atividade não foi viável mediante problemas de saúde que a mesma se encontrava.

No tocante ao que podemos analisar diante da realidade percebida nas narrativas das professoras de ambas as instituições de ensino do município de Barro, é possível pararmos e realizarmos uma breve reflexão e assim nos questionarmos sobre nossas práticas educativas. Assim sendo, como estão sendo realizadas o processo de formação educacional dos estudantes barrenses mediante a ausência de conteúdos e de uma proposta pedagógica efetiva para a concretização da efetivação da lei 10.639/03? Diante disso, a partir da sua aplicabilidade no currículo escolar barrense, como ela contribuirá para o desenvolvimento de ações práticas que busquem valorizar as diferenças étnicas existentes, o respeito pela diversidade cultural, e consequentemente sua aceitação identitária no contexto social.

Ambas as professoras das instituições evidenciam uma preocupação em buscar desenvolver práticas educativas que enalteçam o conhecimento da história do povo negro nas escolas. Desta forma, salientamos que o desenvolvimento dessas ações educativas nos ambientes escolares são essenciais para que todos os sujeitos participativos (estudantes, professores, funcionários, gestão escolar e comunidade) contribuam para o processo de resgate e valorização da cultura do povo negro africano, mas que, tais práticas educativas não podem ser desenvolvidas apenas de forma individual ou isolada, sem antes de tudo, o professor construir com seus estudantes em sala de aula, uma contextualização da temática.

3.2. O ensino da história e da cultura afro-brasileira na percepção dos alunos do ensino fundamental da Escola Professora Catarina Tavares, em Cuncas, Barro, Ceará

O grupo de estudantes selecionados para a realização da pesquisa contém participantes cuja faixa etária varia entre quinze e dezoito anos. As entrevistas foram realizadas com vinte estudantes. O perfil familiar dos estudantes entrevistados: dez moravam com os pais, três com as mães e sete com os avós. A maioria tem entre um e dois irmãos. Dos vinte entrevistados, treze moravam em sítios circunvizinhos do distrito de Cuncas: sítio Prazeres, Fazenda Nova e Sítio Alegre, demais residiam no distrito de Cuncas perto da escola.

Na realização da entrevista, indaguei os estudantes sobre qual Religião ou Religiosidade acreditava. De acordo com as respostas obtidas, a religião Católica predominou entre os vinte estudantes. Entre todos eles, nenhum revelou vínculo ou simpatia com alguma outra religiosidade ou religião de matriz africana. Porém, um dos estudantes, mesmo sendo de família cristã, ressaltou:

Durante o projeto “Eu, tu e nós: somos todos África”, vivenciamos um momento que marcou nossas vidas. Na segunda etapa do projeto, fomos conhecer uma comunidade quilombola na cidade de Porteirias-CE, distrito de Vassourinhas, ao qual fazia parte do projeto do senhor. Ao chegarmos ao templo de devoção e culto aos seus orixás, e também pelas canções e rituais realizados pelo zelador, eu e minha mãe que é a professora de história, sentimos uma paz dentro de nós. A energia, a alegria e admiração tomaram conta de mim. Saí de lá, de cabeça tranquila e uma paz inexplicável. (Entrevista realizada em março, com a estudante Fernanda do 9º ano, Cuncas- CE, 2023).

Durante a aula de campo e como ressaltado pelo estudante acima, durante a realização da aula de campo, os mesmos estavam ansiosos e curiosos para conhecer e sentir de perto como os quilombolas da comunidade dos Souza, realizavam e conduziam suas crenças. Antes da aula de campo, o tema da religiosidade africana foi bem trabalhado em sala de aula com estudantes através de vídeos, palestras e debates. Na mentalidade dos estudantes, eles esperavam encontrar várias pessoas vestidas de branco dançando e tocando tambores, assim como, velas pretas com animais mortos, pipocas, cachaça e dinheiro para incorporar o “demônio”. Nas falas dos estudantes, pude observar muito o termo “macumba” para se referir as religiões de matriz africana. Porém, na aula de campo, a vivência foi uma aula rica sobre a religiosidade dos quilombolas ministrada pelo Zelador do Templo (líder religioso da Umbanda).

A seguir, apresento algumas imagens que a estudante se referiu em sua fala na aula de campo realizada na comunidade quilombola dos Souza no distrito de Vassourinhas, em Porteiras-CE.

Figura 12 - Aula de campo na comunidade quilombola dos Vassourinhas, em Porteiras-CE



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A imagem acima mostra alunos da turma do 9º ano da escola Catarina Tavares (distrito de Cuncas) e 1º ano A médio da escola estadual Deputado Antônio Leite Tavares (distrito de Iara). A presente aula de campo foi realizada durante a I Fase do projeto no dia 14 de novembro de 2019. A comunidade quilombola dos Souza era o tema de estudo da turma do 9º ano para a exposição da I Feira Cultural Afro do CAT a ser realizada no dia 13 de dezembro. Assim, os alunos tiveram a oportunidade de conhecerem um pouco da história da comunidade local.

A aula de campo durou aproximadamente 6 horas. O autor da presente dissertação estava juntamente com seu orientador da graduação Dr. Israel Soares de Sousa, sua melhor amiga da turma Lilian Beserra, as professoras de história Isabel Fernandes e Adriana, a diretora escolar Nalba Oliveira e os estudantes. Fomos bem recebidos com muita alegria, música e dança. Conhecemos a escola na qual os quilombolas estudam e demais moradores do distrito. Fomos conduzidos para quadra esportiva para prestigiar as apresentações que prepararam para nossa visita.

Conhecemos a grande mestra quilombola da região e suas cantigas de roda, as danças do coco e jongo e o templo religioso onde realizam suas orações a seus orixás (deuses). Foi um dia inesquecível. Rico em conhecimento e em belas paisagens que tivemos a oportunidade de visualizar até chegada na localidade. Sendo assim, apresento abaixo alguns registros.

Figura 13 - Registros da aula de campo na comunidade do distrito de Vassourinhas, em Porteiras- CE



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Durante a visita os alunos prestigiaram um pouco da história, apresentações de danças com a Mestre da dança do Coco e suas cantigas, ciranda, brincadeiras, música e o templo da Umbanda. Os estudantes se sentiram bem no local, fizeram questionamentos, tiraram dúvidas e fizeram anotações importantes para o estudo e que seria utilizada na exposição cultural na II fase do projeto. O momento foi marcante para todos e até hoje quando vejo algum deles sempre falam da aula de campo.

No decorrer da entrevista, indaguei os estudantes em torno de como eles se identificavam em relação à cor da pele. Nas respostas obtidas, doze se autodeclararam negros de pele escura, outros como morenos ou pardos e uma cor branca, mesmo apresentando características e traços negros. Desta forma, podemos perceber que alguns estudantes mesmo pós vivência da aplicabilidade, apresentam receio em afirmar sua identidade étnica e a dificuldade em se autodeclarar negro.

Em contrapartida, para Jacques d'Adesky (2011), por sua vez, afirma que a identidade, para que possa ser construída enquanto realidade, é essencial uma interação. Diante disso, em suas palavras, a ideia ao qual indivíduo tem de si mesmo, ou seja, de seu “eu”, tem a intermediação do reconhecimento obtido dos demais sujeitos em relação as ações ocorridas e realizadas.

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário é negociada durante a vida toda por meio de diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogos abertos. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também à construção da identidade negra. (D'ADESKY, 2001, p.76).

A escola é um dos ambientes sociais que interage e interfere no processo de construção da nossa identidade. Os diversos olhares lançados para nós sujeitos negros e nossa cultura, no interior do ambiente escolar, tanto pode contribuir para a busca da valorização identitária e étnica quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e consequentemente negá-las. (GOMES, 2002).

Para tanto, Gomes (1996) afirma que durante a construção de nossa identidade étnica, o processo de formação da mesma se constrói gradativamente, isto, porque, no processamento do mesmo dependerá de várias variáveis, causas e efeitos relacionados nas nossas relações interpessoais com os demais grupos sociais. Sendo assim, os contatos pessoais existentes em nosso meio se estabelecerão permeados de sentimentos e afetividades, e onde se constrói os primeiros ensaios de nossa concepção de mundo. Portanto, a identidade, não é inata, ela é um mecanismo em construção mediante um determinado espaço social, histórico e cultural.

Considerando que a maioria dos estudantes iniciou sua formação educacional na Escola Professora Catarina Tavares, sendo os mesmos moradores do distrito ou dos sítios circunvizinhos, afirmo que tal constatação evidencia o quanto a instituição escolar tem uma grande responsabilidade na formação identitária de crianças e jovens pois, para o estudante negro, não é nada fácil construirmos nossa identidade negra, tendo que viver e conviver em um ambiente escolar, no qual os sujeitos negros e nossa cultura e história são abordados de maneira preconceituosa, racista e estereotipada, e isso corrobora para que os estudantes negros, professores e funcionários sejam induzidos a negarem sua própria identidade étnica.

O desenvolvimento da construção da identidade negra entre os sujeitos envolve um conjunto de fatores ligados aos níveis sociais, políticos e histórico-cultural de cada localidade. A identidade num sentido mais complexo, envolve um nós coletivo que é invocado, quando um determinado grupo social busca lutar e reivindicar na sociedade maior visibilidade para o seu povo e população, em particular, o povo negro brasileiro, que ao longo da história vem sofrendo apagamento e sendo submetidos a anulação e exclusões.

Nas informações expostas anteriormente, busquei abordar junto ao estudo e realização de entrevistas em torno da aplicabilidade da lei 10.639/03 mediante a realização do projeto pedagógico “Eu, tu e nós: somos todos África”. Para tanto, formulei alguns questionamentos: o que você entende por diversidade étnico-racial e quais as conquistas e avanços obtidos em sua vida pessoal e educacional mediante sua participação no projeto “Eu, tu e nós: somos todos África”? Em relação à definição de diversidade étnico-racial, quase todos os estudantes entrevistados a consideram relacionados à mistura de cores. Já, na participação do projeto, as narrativas foram de suma importância e grande aprendizado.

Tipo assim, é uma mistura de várias cores a diversidade. Já, o projeto para mim foi marcante. Aprendi muito com as aulas, danças e documentários. Antes eu implicava com meus colegas que eu achava ser diferente por conta da cor, mas aprendi que eles são gente igual a mim e que merecem todo respeito (Entrevista realizada em março, João Pedro, Cuncas-CE, 2023).

É uma mistura de diversidade das raças, das cores e de várias pessoas. Todos nós temos cores, então é importante respeitar quem está do nosso lado e ao nosso meio. O projeto para mim e para todos foi essencial. Tirando a parte do cansaço, o demais só foi aprendizado (Entrevista realizada em março, Jéssica, Cuncas-CE, 2023).

A diversidade é muito importante, muitas raças, muitas cores, muitas etnias, muita alegria e amor. Todos nós merecemos ser feliz pelo jeito que viemos ao mundo, assim como Deus nos criou. O projeto marcou minha vida, principalmente, no respeito e na valorização do povo negro que ajudou a formar nosso país e também aprendi muito na aula de campo quando conhecemos ou comunidade quilombola. Ali, eu aprendi a respeitar a religião deles, e não mais chamar de “macumba” (Entrevista realizada em março, Samuel, Cuncas-CE, 2023).

A diversidade é a diferença das cores que distingue as pessoas, negros e brancos. O projeto foi muito bom. Sinto falta de outro igual ao que o senhor fez aqui. Projetos assim, cativa nós alunos a ser pessoas humanas, conscientes e de valores. Para mim, nada de negativo eu tenho, somente as professoras não darem continuidade ao que o senhor fez aqui. (Entrevista realizada em março, Israel, Cuncas-CE, 2023).

A diversidade é várias cores. Podemos ter isso aqui na escola, ter igualdade, todos juntos, misturados, sem nenhum preconceito ou racismo. Fico feliz pela vitória da minha amiga no desfile afro. Ela é linda, a cor dela é perfeita. Eu gostei demais de apresentar no projeto a história de Dandara. O senhor fez muito por nós aqui, e sentimos muita a sua ausência. Celebrar o povo negro é faz jus ao que o senhor implantou aqui. Mas, ainda não tivemos nada mais a fazer. (Entrevista realizada em março, Laila, Cuncas-CE, 2023).

Mediante as narrativas dos estudantes acima, não é difícil de percebermos a ausência de uma boa carga teórica de conhecimento em torno da definição do conceito de diversidade. É unânime entre eles que a diversidade se refere a um conjunto de cores relacionados à pele. Além disso, é notório ainda analisarmos nas respostas dos estudantes entrevistados, a ausência do entendimento e da apropriação do significado na vida cotidiana.

Tendo como base as entrevistas dos estudantes sobre a vivência durante o projeto, nos depoimentos podemos analisar a relevância do mesmo na vida dos sujeitos participativos, assim como, para toda comunidade escolar. Embora, não tenha sido levado adiante a continuidade no ano seguinte devido a pandemia da COVID-19, percebe-se nas entrevistas dos estudantes a vontade de continuar conhecendo e aprendendo sobre as questões culturais. Portanto, ao longo dos anos que se passaram na instituição local os estudantes não vivenciaram novas discussões que envolvam discriminação, preconceito, racismo e luta antirracista.

Apesar de apresentarem dificuldades na definição do conceito questionado pelo pesquisador, os estudantes afirmaram que a sociedade brasileira é racista. De modo geral, os estudantes apresentaram que as famílias, colegas e amigos não sabem abordar as questões étnicas no país, e nas escolas, sejam elas referentes a cor da pele, a religiosidade e orientação sexual. O estudante William Silva, que se autodeclara branco, chegou a afirmar quando questionado sobre o racismo no Brasil,

O nosso Brasil desde o período da colonização que o povo negro sofre com maus tratos, xingamentos, assassinatos e discriminação. Eu sei e aprendi na vivência do projeto que a história do povo negro é repleta de lutas. Se não fosse pessoas e movimentos que se unissem para obter resultados, jamais em nosso país, alguns direitos para os negros existiria. (Entrevista realizada em março, William Silva, Cuncas-CE, 2023).

E continua a fala,

Eu tenho um amigo que mora perto de mim, ele tem uns 12 para 13 anos de idade. Ele foi adotado por uma família que não conseguia ter filhos. Os pais adotivos são brancos e ele não. Eu vejo que passa boa parte de sua vida da escola pra casa, indo pra roça trabalhar com seu pai. Os pais não o deixam brincar, e eu juntamente com minha família já ouvimos gritos de dor e choro dele sendo agredido em casa e chamado de coisas horríveis. (Entrevista realizada em março, William Silva, Cuncas-CE, 2023).

O racismo no Brasil é tão vivo que presenciarmos cotidianamente negros sendo atacados, perseguidos e assassinados por brancos no Brasil e no mundo. O racismo é um problema estrutural de nosso país. Até mesmo, podemos visualizar o racismo inclusive no cinema e na tv televisão. Sobre esse posicionamento, a estudante Maria Clara ressalta em sua entrevista,

As novelas brasileiras insistem em colocar pessoas negras em papéis secundários como por exemplo, empregados domésticos, líderes de morros e favelas, assassinos e ladrões. Raramente, nos deparamos com personagens negros sendo os protagonistas. Isso só comprova ainda mais a existência de que o racismo no Brasil ainda existe e está longe de sair. (Entrevista realizada em março, Maria Clara, Cuncas-CE, 2023).

Para o estudante Anderson Gabriel, o mesmo salienta que o racismo está em todos os aspectos da sociedade,

Podemos enxergar o racismo e a discriminação racial desde a infância, somos ensinados a escolher o que é melhor e bonito. Isso começa dentro das famílias e ultrapassa gerações e barreiras. O racismo fica nítido principalmente em segmentos da indústria e do trabalho. Artistas negros sendo boicotados nas premiações, nos reality show, como o BBB da rede globo que raramente um sujeito negro volta de um paredão com um branco, nas novelas, e dentro das empresas de trabalhos, onde são tratados com ignorância, desrespeito, entre outras práticas racistas. Portanto, o racismo no Brasil existe sim. (Entrevista realizada em março, Anderson Gabriel, Cuncas-CE, 2023).

De forma geral, os estudantes ainda acrescentaram que boa parte da população brasileira não sabe lidar com as diferenças, e conseqüentemente, não produzem mecanismos e ações que envolva debates de questões étnicas; para o homem branco, nós negros somos vistos como objetos a serem utilizados como mão de obra em atividades domésticas e trabalhos, ou seja, somos vistos como animais e não como humanos que merece ter os mesmos direitos em todos os aspectos; assim, o racismo se desenvolve não apenas na localidade em questão, mas sim, faz parte de todo o território nacional, cujos dados estatísticos divulgados por mídias e canais de comunicação demonstram uma quantidade absurda no número de casos de assassinatos de homens e mulheres negras no país, além de casos de discriminação existente na música, teatro, cinema, televisão e no esporte, onde os indivíduos que são negros sofrem constantes ataques sendo comparados com o animal macaco.

Diante disso, conforme enfocam os Institutos de Pesquisa do país, a população branca tem mais tempo de presença no sistema educacional do que a população negra, as pessoas brancas têm mais acesso ao ensino superior, enquanto, o outro lado da história apresenta alto índice de analfabetos. Assim, como afirma Soares Albernaz e Lewis (2009), a questão do racismo na sociedade brasileira fundamenta-se em:

Mecanismos que impedem sua visibilidade e favorecem sua negação. Entre estes mecanismos destacamos: a crença na miscigenação como forma de equalização social; as práticas cotidianas de etiqueta racial; e ainda, a existência de um paralelismo entre condições sociais de classe e pertencimento racial. (SOARES, ALBERNAZ E LEWIS, 2009, p.181-182).

O problema do racismo em nosso meio tem raízes profundas que sua internalização pelas pessoas da sociedade resulta num conjunto de palavras, gestos e expressões que as pessoas acabam ingerindo para si, e conseqüentemente, proferindo e praticando este mal, muitas vezes, ocorridos espontaneamente, mas que acabam praticando um ataque racista ao outro.

Questionados durante a entrevista se eles já tinham sido vítimas do racismo ou presenciado uma prática racista no ambiente escolar, dos vinte estudantes entrevistados apenas duas delas ressaltaram ter passado por tal situação na escola. As duas são meninas, e afirmaram que os ataques sofridos por elas na escola estavam relacionados ao cabelo e o jeito de se vestir. Mas que depois que elas participaram do desfile durante o projeto, os seus colegas começaram a enxergá-las de outra forma. Por outro lado, o silenciamento dos demais estudantes em torno do questionário ou em terem afirmado não sofrerem nenhum ataque racista na escola, possa estar ligado ao receio ou algum trauma que possa trazer péssimas recordações para ambos. Em contrapartida, todos afirmaram ter vivenciado uma situação preconceituosa na escola.

Em um dos depoimentos dos estudantes é salientado que na escola o racismo nunca deixou de existir e relata um caso de uma colega de turma ocorrido no início deste ano letivo na volta das aulas presenciais. O caso relatado pelo estudante se refere a um aluno que veio estudar na escola neste ano e que veio do estado da Bahia e que quando a professora de Inglês buscou juntar os colegas em duplas para a realização de um trabalho em classe, a professora o colocou com uma menina branca e no momento ele foi humilhado pela menina, na qual o chamou de todo tipo de adjetivo pejorativo, principalmente, de negro safado e fedorento.¹⁰ Perguntado sobre qual o

¹⁰ que ou o que fede, cheira mal; fedido.

posicionamento da professora em sala, o mesmo falou que a professora reprimiu a aluna, explicou a importância de acolhermos alunos vindo de fora e a importância do respeito em sala de aula e para com os outros. Em seguida, retirou a aluna da sala e a encaminhou para a diretora da escola. Depois ficamos sabendo que a aluna sofreu uma punição da gestão escolar. A outra estudante que afirmou na entrevista que sofreu ataques de colegas na escola, ressalta que até os dias de hoje permanece sofrendo esses ataques, principalmente, referente ao seu cabelo, mas que esses ataques não são sofridos na escola, e sim nas redes sociais por pessoas desconhecidas

Postei uma foto no Facebook mostrando meu cabelo solto, meus colegas e amigos conhecidos reagiram me chamando de linda, dando apoio para permanecer e mostrar a beleza que eu era e outros começaram a me chamar de feia, bruxa, macaca, entre outros. Quando eu fazia a 6ª série, por causa do meu cabelo, diziam que meu cabelo era ruim, não entrava pente e nem molhava e me apelidavam de Chica da Silva. Sofri demais! Agora, depois que participei do projeto do senhor, eu aprendi demais, e hoje não ligo mais. (Entrevista realizada em março, Thainá, Cuncas-CE, 2023).

Gomes (1996) nos chama atenção para as chamadas teorias racistas difundidas na sociedade, e principalmente, dentro das instituições de ensino do país. Para tanto, entende-se, que elas surgiram de forma espontânea, ou seja, não se caracterizam de transposições de pensamento externo. Dando continuidade ao processo de desenvolvimento das entrevistas com os estudantes, indaguei os mesmos se a escola local Professora Catarina Tavares adotava materiais didáticos, livros literários e demais materiais que auxiliem aos professores a abordarem com eles em sala o estudo proposto pela lei 10.639/03, assim como, de práticas educativas voltadas no combate as práticas racistas e ao preconceito. De acordo com os estudantes entrevistados, o aluno Eduardo Silva ressaltou a realização do projeto “Eu, tu e nós: somos todos África” que “veio trazer para nós o conhecimento e valorização da cultura africana e afro-brasileira”, no mais o mesmo não se recorda de a escola ter realizado desde quando começou estudar na instituição outro projeto sobre discussões sobre racismo e a história do povo negro no Brasil. Em outro depoimento, a aluna Lara Santos, fez a presente fala:

Nunca vi na escola desde quando aqui cheguei para estudar no 6º ano, não me lembro de nenhum projeto em torno da temática, a não ser o projeto do senhor que eu participei em 2019. Na escola aqui é muito difícil ter uma coisa assim como o senhor fez. Os projetos que aqui existe são mais projetos que a secretaria solicita para a escola realizar, principalmente, datas comemorativas como carnaval, Páscoa, São João e etc. (Entrevista realizada em março, Lara, 14 anos, distrito de Cuncas, Barro-CE, 2023).

Outro estudante, Vanderson Gabriel, ressaltou ainda que a escola não procura meios para trabalhar tais questões. Muito fica sobre os interesses dos professores, principalmente, as professoras de história. Afora os breves relatos ressaltados acima, os estudantes que fizeram parte da entrevista acrescentaram, de maneira geral, que a escola local não abordou o proposto pela lei 10.639/03 e nem tampouco deu continuidade ao que foi semeado na instituição no ano de 2019. Fica evidente a necessidade de preparar os docentes na elaboração e desenvolvimento de práticas educativas que enalteçam cultura africana e afro-brasileira, a valorização da história do povo negro, as questões de identidades e etnia, como também as temáticas de interculturalidade no cotidiano escolar e na vida social dos mesmos, visto que a necessidade de combatermos e nos unirmos na luta antirracista, que historicamente, tem enfrentado na sociedade brasileira.

Mediante o cenário apresentado analisamos a ausência de práticas educativas e de materiais didáticos, abordando em tais meios de aprendizagens a busca positiva em torno das questões raciais, podemos inferir um dos diversos motivos possíveis que contribui para que estudantes negros que fazem parte da Escola Professora Catarina Tavares ainda tenha alunos com receio, medo ou vergonha de se identificarem como negro, afro-cearense ou afrodescendente. Não obstante ainda, a instituição local esteja situada em um distrito na zona rural da cidade de Barro, cuja população negra é dominante, a referida escola não aborda tais questões com seu alunado dentro do currículo escolar. Desta forma, contribui para que os estudantes não se olhem e não se afirmem, negando assim, sua origem, cultura e etnia, deixando de passar adiante as heranças culturais de seu povo e cultura dentro da localidade e no ambiente escolar.

Em relação à data comemorativa do dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, os estudantes entrevistados, todos, ressaltaram que vivenciaram a data apenas durante o projeto em 2019, onde a primeira fase do projeto se caracterizou-se por apresentações teatrais, danças e escolha das Miss Afro do CAT. Nem no período pandêmico, via remota, os professores abordaram pontos temáticos para reflexão e conscientização do dia 20 de novembro. De acordo com o aluno, Daniel Pedro, “os conteúdos nesses tempos de pandemia ficaram parados, sem aprofundamento e as datas comemorativas não foram celebradas por nenhum professor. Resta-se saber se nesse novo ano, que estamos presencialmente na escola se voltaremos a celebrar da melhor forma possível tais datas. Eu torço para que sim, mas a esperança é pouca já que nem o

São João vivenciamos, imagino o dia da Consciência Negra que a escola e nem os professores têm como prioridade.”

Observei nas falas dos estudantes entrevistados, que na escola Professora Catarina Tavares, o dia da Consciência Negra não é celebrado da devida maneira como se propõe a lei 10.639/03, exceto a prática educativa que foi desenvolvida pelo pesquisador desta pesquisa juntamente com as professoras de história da instituição local em 2019. Sendo assim, como militante e pesquisador das temáticas em torno da referida lei e da história do povo negro brasileiro, tenho acompanhado as práticas educativas da citada escola nos últimos três anos e o que venho constatando é que não existe dentro da instituição local, entre gestão escolar e docentes, um planejamento de práticas educativas que venha culminar, por exemplo, com a vivência do Dia da Consciência Negra. Portanto, levando em consideração que a escola está localizada num distrito onde a população negra é maioria, ignorarmos o dia da Consciência Negra, que tem um significado importante e simbólico para a história do povo negro brasileiro, é não refletir e compreender as demandas socioculturais existentes no ambiente escolar e na sociedade, negando, desta forma, a identidade étnica que compõe a maioria dos estudantes matriculados na escola local, além, é óbvio, do não cumprimento e aplicabilidade da lei 10.639/03 no currículo escolar local.

De acordo com Cavalleiro (2001, p. 158) nos chama atenção para a necessidade de buscarmos compreender os fatores que caracterizam a educação antirracista. Para ela, a escola deve buscar estratégias que valorizem e reconheça no ambiente escolar as questões em torno das questões raciais, buscando desta forma propor e levar para dentro das salas de aulas reflexões em torno do racismo. Portanto, outra prática que as escolas devem desenvolver em suas ações é buscar repudiar qualquer manifestação preconceituosa e discriminatória ocorrida dentro do espaço escolar.

3.3. Análises da experiência vivenciada pelos estudantes em torno da aplicabilidade da lei 10.639/03 em Cuncas-CE

As análises obtidas a partir das entrevistas dos estudantes e de sua experiência no projeto da lei 10.639/03 realizada em 2019, nos mostram uma mudança de postura e de pensamento a curtos passos. Mesmo depois de 20 anos de sua criação, ainda se encontram poucas iniciativas e práticas educativas desenvolvidas nas instituições

escolares que abordem a relevância e o estudo da aplicabilidade da lei na grade curricular de ensino.

Em 2019, quando o projeto chegou na instituição local para aprovação da gestão escolar, a maioria dos estudantes, e conseqüentemente, as próprias gestoras e docentes de história não tinham conhecimento da existência da lei

A importância do estudo e da cultura negra brasileira é um elemento de construção para a identidade dos sujeitos que pertencem ao grupo étnico. Desta forma, jamais, deve ser esquecido ou ocultado do processo de aprendizagem dos mesmos. Essa necessidade de reflexão se faz importante para a conscientização dos sujeitos. De modo particular, tais experiências educativas nas instituições de ensino apresenta seus significativos e modifica os sujeitos. Sendo assim, sobre a relevância do estudo da história e cultura do povo negro brasileiro, uma das estudantes entrevistadas ressalta:

A importância dos estudos sobre a lei 10.639/03, deve ser compreendida como parte importante da formação de nossa identidade negra e do povo brasileiro, através da qual, resgata-se as contribuições que a população negra africana nos deixou como heranças. (Entrevista realizada em março, Emília, Cuncas-CE, 2023).

Diante da análise da entrevista da estudante, compreende-se que o estudo e aprofundamento da lei 10.639/03 possibilita as pessoas a conhecerem e valorizar as heranças culturais dos povos africanos, assim como, os elementos que definem e caracterizam a identidade nacional.

Ao serem questionados sobre a importância de seu protagonismo na realização do projeto, cabe destacarmos os seguintes depoimentos,

O projeto foi uma experiência única. Nunca tínhamos um olhar para a importância do povo negro, e nem tampouco, desde que cheguei nesta escola, nunca presenciei algo prático que envolva nós estudantes como protagonismo. No início não foi fácil, mas com o tempo e os ensaios deu tudo certo e foi espetacular o projeto. (Entrevista realizada em março, Débora, Cuncas-CE, 2023).

Para a estudante Emilly,

A importância do projeto na escola trouxe pontos positivos para minha vida. Antes eu tinha vergonha, medo e me sentia inferior aos meus colegas por ser negra. Com a chegada do projeto, as aulas teóricas e práticas, as conversas com o pesquisador que o considero muito e o convidei a ser padrinho meu, os

ensaios e das danças fizeram com que olhasse pra mim mesma e percebesse a beleza que existe em mim. Hoje, depois do projeto, tenho orgulho e afirmo que sou negra, sou bela e sou feliz. (Entrevista realizada em março, Emilly, Cuncas-CE, 2023).

As entrevistas concedidas pelos estudantes dialogam com a realidade. Sentem falta de práticas educativas que contribua para sua formação e conhecimento da diversidade cultural do país. É nítido ao olhar nos rostos a alegria de terem participado e vivenciado o projeto. Muitos dos estudantes, se encontram no ensino médio, e até o momento, ressaltam a ausência de abordagem desses temas. Assim,

Foi de enorme prazer e satisfação participar de quase tudo do projeto. O tema abordado pelo pesquisador nunca tinha sido trabalhado e discutido na minha escola. Foi de extrema importância, aprendemos e entendemos que não devemos enxergar as pessoas por cor, gênero, cultura ou etnia, mas sim, como seres humanos capazes de se relacionar e conviver conscientemente respeitando todas as diferenças. (Entrevista realizada em março, Sara Jamily, Cuncas-CE, 2023).

O projeto foi uma das melhores coisas que aconteceram na escola Catarina Tavares. Foi um dos projetos, ou melhor dizendo, o melhor projeto de estrutura e realização mais bela, do qual já participei em minha vida. Foi um exemplo de união, e responsabilidade em prol da cultura e identidade negra. Eu como aluna notei o comprometimento, do pesquisador, dos professores e de todos nós estudantes protagonistas. Senti uma conexão maior com os alunos, amei fazer parte deste lindo projeto, e fico para mim ainda hoje com muito do que aprendi lá. Só tenho a agradecer, por ter participado de uma ação tão esplêndida e marcante em minha vida. (Entrevista realizada em março, Samia, Cuncas-CE, 2023).

Passados quatro anos da culminância do projeto na escola de Cuncas, ressalto que as experiências vividas por todos no ambiente, não permanecerá o mesmo. Mesmo o mundo ter sentido a chegada de uma pandemia em 2020, a instituição parou no tempo e não buscou desenvolver atividades pedagógicas em torno da lei 10.639/03.

3.4. Relatos da vivência dos estudantes na II Fase

A etapa final da vivência da aplicabilidade da lei 10.639/03 ocorreu em meados do mês de dezembro de 2019. A fase final foi a realização da I Feira Cultural Afro do CAT. Assim, do término da I fase para a II tivemos pouco menos de um mês para a organização, aperfeiçoamento e confecção de materiais. O trabalho foi árduo, mas o final foi gratificante e brilhante.

As turmas do segmento do fundamental II foram divididas em eixos temáticos que buscava como objetivo o conhecimento do mesmo. Desta forma, a turma do 6º ano ficou responsável para expor alguns pratos típicos da culinária africana; o 7º ano a religiosidade afro-brasileira, em particular, o Candomblé. Aqui, os alunos se caracterizam de orixás e falaram sobre a importância da religiosidade africana para nos dias atuais e para os sujeitos negros; a turma do 8º ano expôs as danças afro-brasileira, simpatias e alguns instrumentos e a turma do 9º ano expôs sobre as personalidades negras, máscaras africanas e a comunidade quilombola dos Souza no distrito de Vassourinhas-CE. A seguir, apresento alguns registros da culminância da I Feira Cultural Afro expostos pelos estudantes no dia 13 de dezembro de 2019.

Figura 14 - Turma do 6º ano apresentando a culinária africana



Fonte: Acervo do autor

Na imagem acima visualizamos a turma do 6º ano da escola Professora Catarina Tavares, em Cuncas apresentando a culinária africana e afro-brasileira. Na culminância desta temática tivemos o grande apoio dos pais e responsáveis. Os próprios produziram os pratos típicos propostos pelo pesquisador e que seria degustado pela comunidade local, convidados e estudantes de outras escolas que estaria presentes para prestigiar aquele momento cultural. Na culminância da II fase, mas uma vez estavam presentes representantes da Secretaria de Educação de Barro e o orientador do acadêmico, Israel Soares de Sousa.

Figura 15 - Turma do 7º ano apresentando a religiosidade afro-brasileira



Fonte: Acervo do autor

Na imagem acima se encontra registros dos estudantes da turma do 7º ano apresentando a temática da religiosidade africana. Dentre a diversidade religiosa existente de matriz africana, optamos por expor apenas a religião do Candomblé. Na exposição os alunos foram caracterizados de forma simples para apresentar o conjunto de orixás (deuses/santos) que fazem parte da religião do Candomblé. Assim, apresentaram as funcionalidades dos deuses, o que representam e o sincretismo religioso existente com os santos do catolicismo. Os estudantes buscaram desmitificar na exposição o preconceito e as frases preconceituosas em torno das religiões de matriz africana.

Figura 16 - Turma do 8º ano apresentando as danças afro-brasileira



Fonte: Acervo pessoal do autor

Acima se encontra a turma do 8º ano com a professora de matemática Patrícia, apresentando a temática das danças africanas e afro-brasileira. Podemos visualizar na imagem acima que um dos estudantes está caracterizado de acordo com a dança do maculelê, enquanto duas meninas estão vestidas com a camisa do grupo de capoeira a que existe no município. Ao todo foram apresentadas nove danças.

Figura 17 - Turma do 9º ano apresentando as personalidades negras e máscaras africanas



Fonte: Acervo pessoal do autor

Por fim, nas imagens acima, encontra-se as turmas do 9º ano A e 9º ano B apresentando suas temáticas. A turma do 9º A ficou responsável na I Feira Cultural Afro expôs a história de algumas personalidades negras do Brasil e a da comunidade quilombola dos Souza, comunidade ao qual os mesmos tiveram o contato e conheceram um pouco da vida dos moradores da localidade.

Por outro lado, na mesma imagem visualizamos também os estudantes da turma do 9º B apresentando a Arte africana, de modo particular, a importância e o significado das máscaras africanas no cotidiano social dos povos africanos. As máscaras expostas pelos estudantes foram confeccionadas em sala de aula com o auxílio do presente autor desta dissertação. Foram utilizados materiais recicláveis para confeccionar as máscaras para a exposição.

As vivências da II fase da aplicabilidade foram gratificantes para todos os envolvidos. Em alguns relatos dos estudantes podemos analisar a responsabilidade, o nervosismo e a importância de terem feito conhecimento na teoria e na prática a cultura e história do povo negro brasileiro.

Para o estudante Gustavo,

Foi minha primeira experiência em falar em público. Tinha muita gente. Em casa, meus pais sempre incentivavam a estudar e eu ensaiava para eles. Tinha medo de gaguejar e esquecer algo. Quando vi meu professor Diogo e o professor dele vindo até nós, meu coração acelerou, mas consegui apresentar super bem. Eu aprendi com isso a enfrentar meus medos em falar em público, como também a conhecer as diversas culturas e experimentar pratos que eu nunca imaginava que pertencia a cultura africana. (Entrevista concedida pelo estudante Gustavo, Cuncas, 10 janeiro de 2023)

Para Sara da turma do 7º ano,

No início foi complicado. Minha família é bem religiosidade e meus pais não queriam permitir que eu fizesse parte da exposição, principalmente se caracterizar dos deuses da religião do Candomblé. No fim, depois de conversar com eles, explicar tudo que aprendi nas aulas teóricas, foi que consegui apresentar. No dia eles estavam presentes, me elogiaram bastante e me deram um abraço. Tive um incentivo não apenas do professor como também da família. Eu entendo que quando um trabalho é bem desenvolvido, com objetivos e metas ele alcançar e rompe qualquer tipo de preconceito e ignorância. Foi isso que aconteceu com minha família. Sinto saudades de ter projetos assim na nova escola que estou. (Entrevista concedida pela estudante Sara, em 30 de março de 2023, Cuncas-CE)

Como podemos analisar nos depoimentos acima, analisamos a importância das famílias nos processos de aprendizagem e conhecimento acumulados ao longo do projeto. Por outro lado, salientamos também o medo que alguns estudantes manifestaram até o dia da culminância, principalmente, no contato com o público. Tudo isso, foram barreiras enfrentadas e vencidas por todos os sujeitos participativos.

Boa parte dos estudantes que estavam envolvidos no projeto, principalmente, os meninos da turma do 9º ano acabaram deixando a localidade em busca de oportunidades de trabalho, como também, continuidade de seus estudos em escolas profissionalizantes. Porém, o que permanecem até os dias de hoje quando entrevistados, se recordam e muito bem de todo o processo.

Enfim, o resultado obtido foi de total de sucesso. Porém, a temática deveria ser trabalhada no decorrer de todo o calendário letivo escolar, e não apenas em novembro, no dia 20 onde celebramos o dia da consciência negra. A luta permanecerá até obter o êxito da abordagem temática proposta pela lei 10.639/03.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação objetivou analisar, através do uso de entrevistas, as vivências dos estudantes participativos da aplicabilidade da lei 10.639/03 na rede municipal de ensino público do distrito de Cuncas pós 2019. Após quatro anos da culminância da aplicabilidade que objetivou a aplicação e efetivação da lei no currículo escolar da instituição local, assim como, contribuir como uma diretriz de formação intelectual e de combate ao racismo.

Problematizando a importância de descolonizar o currículo escolar e as aulas de história em torno da história dos povos africanos e afrodescendentes. É dever de todos, abordar os temas propostos no documento. Não romantizada, mas que leve em consideração a vida e a história da localidade e dos estudantes, para que assim, tenham acesso ao conhecimento cultural e busque respeitar as diferenças.

As entrevistas tiveram por objetivo averiguar análises de como os estudantes e educadores envolvidos no projeto pedagógico “Eu, tu & nós: somos todos África” em 2019, encontram-se nos dias de hoje. Para tanto, foram realizados alguns questionamentos: a instituição local deu continuidade ao projeto nos anos seguintes ou ficou engavetado? Como se sentem nos dias de hoje em torno do conhecimento adquirido? O conhecimento adquirido na vivência ajudou a combater as práticas racistas e a valorizar as diferenças étnicas? Buscando responder aos apontamentos anteriormente, a coleta de informações optou como instrumento metodológico realizar uma análise dos depoimentos concedidos pelos sujeitos envolvidos em torno de analisar também as incoerências e avanços, mas também as respostas e contribuições significativas na vida social e na formação intelectual dos mesmos.

Percebemos, também, a partir das leituras e interpretações das respostas dos entrevistados quando questionados aos vários apontamentos do pesquisador que é de suma importância a existência de uma gestão participativa e que se atente as demandas culturais. Diante disso, é essencial reconhecer o ambiente escolar enquanto espaço transformador da realidade dos sujeitos e lugar de conflitos. As relações existentes na escola vão de encontro à diversidade de culturas, costumes, identidades, saberes e vivências. Assim, contraditório é pensar em uma gestão escolar democrática sem levar em consideração a importância da luta antirracista e o combate a exclusão que os estudantes negros vivenciam no interior das escolas.

A vivência por meio do encontro com os sujeitos fez com que percebêssemos, a partir de um plano comparativo que houve sim conquistas na instituição, mesmo a passos curtos e lentos. E isso contribui para que possamos ter conhecimento do processo de lutas e resistências que o povo negro vivenciou até a garantia de alguns direitos, como também, de iniciativas de docentes que lutam para a implantação e aplicação da lei 10.639/03 em sua instituição.

Foi possível perceber também que a referida lei ainda não teve ainda sua total aplicação e efetivação no currículo escolar barrense, e nem tampouco continuidades de aplicabilidades que valorize a cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino na rede municipal de Barro. A presente dissertação apesar de sua complexidade e caráter intenso na vida do autor e dos sujeitos envolvidos, ainda inclui algumas lacunas que somente ao longo do tempo obteremos respostas. Desta forma, novas discussões amplas e maiores deverão ter continuidade em vários campos de estudos para um futuro compartilhamento de novas aplicabilidades de êxito que visem a aplicação da lei 10.639/03.

Cabe salientar também que as lacunas existentes no presente estudo poderão ser estudadas posteriormente, a exemplo de um estudo acerca da discussão da formação dos professores em Barro-CE, focado nas práticas educativas e aplicabilidades no estudo da lei, assim como, o papel e importância das comunidades quilombolas existentes nos municípios circunvizinhos na luta por afirmação, direitos e no combate a educação racista, analisando assim, os impactos e concepções na região. Por outro lado, os fatos históricos e culturais da região do município barrense e das cidades circunvizinhas, principalmente, da região do Cariri Cearense, ao longo da realização deste estudo, apresentaram novas inquietações que proponho problematizar num futuro projeto de doutorado. Dentre as inquietações surgidas, posso destacar os processos de formação das primeiras comunidades negras no Ceará e suas experiências no sistema educacional, assim como, as práticas culturais existentes; a importância da comunidade quilombola do distrito de Vassourinhas, em Porteiras-CE como símbolo de resistência e patrimônio cultural do Cariri; a relação do município de Barro com as comunidades quilombolas existentes na região do Cariri no processo de luta educacional antirracista. Portanto, tais lacunas e inquietações propostas para um futuro próximo contribuirá para incentivar, motivar e melhorar a educação antirracista no sistema educacional de ensino, em Barro. Tais questões poderão ser exploradas em estudos futuros.

Valendo salientar ainda, que o estudo da lei presente no currículo escolar das escolas do país, e particular, em Cuncas, requer investimentos por parte da Secretaria de Educação, principalmente, na formação dos educadores, e posteriormente, na disponibilidade de materiais didáticos e paradidáticos a serem abordados e adotados nos estabelecimentos de ensino. Abordar nas instituições de ensino o estudo proposto da lei 10.639/03 requer de todos nós e dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem um adequado conhecimento teórico dos temas propostos que contribuirá para lidarmos com constantes situações, dúvidas, embates e questionamentos nas salas de aula. Além disso, obteremos conhecimentos em torno da comunidade local ao qual a instituição e os estudantes estão inseridos, aos quais, a maioria dos envolvidos no projeto pedagógico e na presente pesquisa através das entrevistas realizadas, residem na zona rural, com infraestrutura precária (muitos morando em casas de taipa) e que o corpo estudantil da instituição é constituído de estudantes negros em sua maioria. Portanto, ter o conhecimento da realidade vivida pelos estudantes que constitui o espaço escolar e o presente estudo, se torna indispensável para lidarmos com as várias emoções, sentimentos, aflições e questionamentos que possam surgir, e assim, contextualizarmos com a história do povo negro brasileiro.

Este conhecimento adquirido contribuirá no processo de ensino-aprendizagem e na relação entre os estudantes e docentes, assim como, na construção de cidadãos conscientes e conhecedores da real história de formação e identidade do país. Desta forma, os sujeitos participativos não se sintam discriminados ou marginalizados nas instituições de ensino.

A vivência do projeto “Eu, tu & nós: somos todos África” e a realização deste estudo, possibilitou aos sujeitos envolvidos durante o processo a construção de uma nova história para a região local e municipal. Mediante a isso, os sujeitos ganharam voz através das práticas educativas construídas nas aulas, em oficinas, exposições e aulas de campo em relação a aplicabilidade vivenciada nas duas fases do projeto pedagógico em 2019. Essa trajetória, envolvendo teoria e prática, passado e presente do povo negro brasileiro, contribuiu para contextualizar a presença da etnicidade negra na localidade de Cuncas, e, em Barro. E, assim como, reconhecer como os mesmos produtores de

artes e cultura são importantes para o conhecer de si próprio e da construção identitária brasileira.

Reconhecer a diversidade étnica do Estado do Ceará, assim como, a cultura afro cearense se faz essencial para que o Estado desenvolva ações públicas e projetos de leis que possam ser implantados e efetivados nas instituições de ensino público e privado que garantam a esses sujeitos uma vida digna e o direito de atuarem em todos os campos da sociedade, visando assim, romper com as práticas racistas sofridas pela população negra.

Diante do exposto, as instituições de ensino não devem jamais permanecer neutras, nem tampouco alheia aos conhecimentos que se encontra inserido no universo dos estudantes. A escola existe e precisa desenvolver práticas educativas que transforme o ambiente escolar em local de troca de conhecimentos, construindo desta forma, enriquecer individualmente e coletivamente os grupos dos estudantes que frequentam o ambiente escolar, mediando o processo de interação entre aluno/aluno, professor/aluno, mas jamais negar as suas referências, e finalizar na trajetória de possibilitar que os estudantes negros(as) sintam orgulho da história e cultura ao qual fazem parte e afirmem sua identidade, valores e autoestima.

Nos últimos anos no Estado do Ceará, e no município de Barro, temos presenciados aplicabilidades que busca valorizar e conhecer a história do povo negro brasileiro. Tais iniciativas são frutos de instituições, movimentos sociais negros e de pesquisadores que colocaram a educação como plano essencial e que objetiva reconstruir uma nova história dos povos excluídos, marginalizados, discriminados e perseguidos ao longo da história do Brasil, como também, não deixar a história dos grandes líderes, grupos, intelectuais e heranças culturais serem esquecidas. Diante disso, graças a essas mobilizações surgidas ao longo de vários anos, podemos construir e realizar levantamentos de pesquisa que abordam eixos temáticos em torno da história da África, Cultura Afro-Brasileira, Identidade Negra, Africanidades, Negritude, Relações Étnico-Raciais e Educação.

Os trabalhos e torno das temáticas são desenvolvidos em sua maioria por membros que fazem parte do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB's), congressos, seminários e conferências realizados pelos movimentos negros e pelos grupos de pesquisas existentes nas universidades, assim como, a criação de um

departamento para discutir propostas e ações para aplicação e aplicabilidade da lei 10.639/03 nas instituições escolares. No entanto, nos depoimentos das professoras da instituição Professora Catarina Tavares, em Cuncas, Barro, revelam a necessidade de ações por parte dos representantes políticos da região de investimento no campo educacional, principalmente, referente formação de professores, que instrumentalizem para o desenvolvimento de novas abordagens metodológicas e de ensino em torno da lei 10.639/03, contribuindo assim para o comprometimento na luta antirracista.

Os estabelecimentos educativos tem por prioridade abordar e desenvolver condições acessíveis para a produção do conhecimento, ao mesmo tempo que busquem reconhecer a essência da diversidade étnica-cultural existentes em cada lugar. Diante disso, é primordial a elaboração de um trabalho que problematize e reconheça a cultura africana e afro-brasileira existente em nosso país e/ou região. Assim como, a necessidades que abordem as comunidades quilombolas, a formação de professores, as dificuldades de implementação e aplicação da lei 10.639/03 e as aplicabilidades desenvolvidas que contemple a identidade, a diversidade e a cultura do povo negro brasileiro.

Nesse sentido, a presente dissertação revela a necessidade de profissionais capacitados para abordarem a temática proposta pela lei; a formação de professores para incentivar e motivar os educadores relacionados a diversidade e a cultura e a valorização histórico-social dos sujeitos negros da localidade do município de Barro, mas também, ações educacionais que provoque mudanças significativas no conhecimento e na realidade social e educacional do município. Mudanças essas que sejam concretas e efetivas na prática que contribua para o fortalecimento e enriquecimento intelectual dos educadores. Apontamos a aplicabilidade desenvolvida na instituição municipal Professora Catarina Tavares, em Cuncas como uma proposta educativa realizada com êxito e como norteador para a o aprendizado da cultura africana e afro-brasileira, assim como, para afirmação da identidade negra.

Esperamos que as análises deste estudo possam contribuir aos educadores do município de Barro, e do Brasil de maneira significativa para uma melhor reflexão da pratica docente em torno das aplicabilidades da lei 10.639/03 nas escolas, assim como, acerca da função da gestão educacional do município no encaminhamento de ações e propostas que busquem valorizar o conhecimento e à valorização da cultura africana e

afro-brasileira nos ambientes escolares. Valorização esta, que se inicia por um aprofundamento teórico no estudo da História da África e de seus povos, assim como, das culturas africanas existentes e a cultura afro-brasileira sem cair em mera folclorização.

Acreditamos que o objetivo maior da existência da lei 10.639/03 esteja relacionado no combate ao racismo presente em cada um de nós e em todo local. Para tanto, se não admitimos a existência deste mal na sociedade, reforçaremos as difamações, discriminações, perseguições e a intolerância. Desta forma, concebemos o surgimento da lei e de sua aplicabilidade nos ambientes escolares como uma diretriz política, pedagógica e cultural. A nosso ver, a lei jamais veio ou pretende mudar o ensino e sua qualidade, mas sim, a lei veio para servir de alicerce no processo de construção de novos conceitos e quebra de estereótipos. Portanto, a lei fomenta novas estratégias de estudo, novos paradigmas, formação e leituras, e assim deve ser encarada como um mecanismo de luta, embates, construção e conquista.

A aplicação da lei e de seus instrumentos legais se unem em busca do compromisso de mudanças na política educacional do Brasil objetivando uma releitura da historiografia brasileira e da história do povo negro africano e afro-brasileiro no que se refere à memória, identidade e cultura destes povos. Com os marcos legais, a referida lei avança-se na luta ao lado dos movimentos sociais, lideranças políticas e intelectuais negras pela superação do racismo e enfrentamento das injustiças surgidas e vivenciadas no sistema educacional do país. (GOMES, 2010).

Por ser uma lei não temos a garantia de que a mesma será definitivamente ser colocada em prática a partir de aplicações e aplicabilidades na educação básica, nos cursos de formação continuada para os professores e nos cursos de graduação. Essa realidade é acompanhada a partir da disseminação do ideário da democracia racial que ainda prevalece em boa parte do imaginário social não permitindo confrontar as práticas racistas, discriminatórias e as desigualdades que atingem o povo negro brasileiro.

Enfim, acreditamos que uma educação antirracista também se constrói através do momento em que nós cidadãos críticos que visa o melhor par todos assumimos responsabilmente nossas funções enquanto gestores e educadores comprometidos com a nossa identidade histórica, memorial e ancestral. Portanto, percebemos isso no ambiente escolar que, apesar das barreiras, obstáculos e dificuldades existentes e apontadas pelos

sujeitos desta pesquisa, principalmente, dos gestores e educadores, tem a passos lentos logrado com êxito as iniciativas e avanços vivenciados pelas aplicabilidades da lei 10.639/03 nas instituições de ensino municipal na cidade de Barro-CE.

REFERÊNCIAS

FONTES

BARRO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Professora Catarina Tavares, 2008.

_____. **Plano Municipal de Educação**. Secretaria Municipal de Educação de Barro - SEDUC, 2015.

_____. **Proposta de implementação da lei 10639/2003**. Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, 2015.

BRASIL. Lei ° 4024/61 de 20 de dezembro de 1961: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Brasília, 1961.

_____. Lei ° 5692/71 de 11 de Agosto de 1971: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Brasília, 1971.

_____. Lei ° 5540/68 de 28 de novembro de 1968: **Lei Normas de Organização e Funcionamento de Ensino Superior em Articulação com a Escola Média**. Ministério da Educação. Brasília, 1981.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9.394/96).

_____. **Parâmetros curriculares: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução nº1, de 17 de junho de 2004. Brasília: MEC, 2004.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP nº 03/2004.

_____. Resolução CNE/CP 1/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004b.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013;

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE**/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

SILVA, Francisco Diogo. Projeto Pedagógico: **“Eu, tu & nós: somos todos África”**. Cuncas, Barro-CE, 2019.

ENTREVISTAS

GABRIEL, Anderson. Estudante do 1º ano médio. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

GABRIEL, Vanderson. Estudante do 1º ano médio. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

FEITOSA, Adriana. Professora de História. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, 2022.

SILVA, Adrielle. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

SOUSA, Arclene. Coordenadora Pedagógica. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, 2022.

FERNANDES, Izabel. Professora de História. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, 2022.

FERREIRA, Débora. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

GOMES, Emanuel. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

FEITOSA, Emília. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

FERREIRA, Emilly. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

SILVA, Fernanda. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

FEITOSA, Francisca. Secretária Municipal da Educação do município de Barro-CE. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na Secretaria Municipal de Barro-CE, em 10 de julho de 2022.

COSTA, Gustavo. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

SANTOS, Israel. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

ALMEIDA, Janyce. Estudante do 1º ano médio. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 16 de fevereiro de 2023.

SARA, Jamilly. Estudante do 1º ano médio. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

SILVA, Jéssica. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

SILVA, Maria. Professora. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 16 de fevereiro de 2023.

SILVA, Samuel. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

SILVA, Maria Clara. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

SILVA, Thainá. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

SOUSA, Sâmia. Estudante do 1º ano médio. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

SOUSA, William. Estudante do 1º ano médio. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

PEDRO, João. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

SANTOS, Laila. Estudante do 9º ano. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, em 10 de março de 2023.

OLIVEIRA, Nalba. Diretora Escolar. Entrevista concedida ao pesquisador Francisco Diogo da Silva na instituição municipal de ensino Professora Catarina Tavares no distrito de Cuncas, Barro-CE, 2022.

BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Conhecimento oficial**. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Petrópolis. Vozes, 1995.

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicas - raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 21, 2008, pp. 5-20.

ALBERTI, V. **Manual de História oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da História**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ASSIS, M.D.P.; CANEN, A. Identidade Negra e espaço Educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.123, p. 709-724, set./dez. 2004.

BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2018a.

BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o Ensino de História. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 32, n.93, 2018b.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

CANDAU, Vera Maria (org). Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Cultura(s) e Educação: entre o crítico e os pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005; CARMO, Hérica Mello. **Novas abordagens curriculares no curso de**

história a partir da lei 10.639/2003. 2014. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

_____. Multiculturalismo e Educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio e CANDAU, Vera Maria (org.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis: 2008; CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CANEN, A. **Multiculturalismo e Identidade escolar:** desafios e perspectivas para repensar a cultura escolar. In: OLIVEIRA, I. (Org.). Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

CANEN, A.; SANTOS, A. R. **Construção e reconstrução multicultural de identidades docentes:** pensando na formação continuada de coordenadores pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 87, p. 333-344, 2006.

CANEN, Ana XAVIER, Giseli Pereli de Moura. **Formação continuada de professores para a diversidade cultural:** ênfases, silêncios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 48 set.-dez. 2011.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e antirracismo na educação:** repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas.** In: coleção para todos: SECAD – Secretaria de Educação – MEC – Anped. Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: Eliane Cavaleiro (org.) **Racismo e antirracismo na educação:** repensando a escola. São Paulo. Summus, 2001.

D'ADESKY, J. **Racismos e Anti-Racismos no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2001.

DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 136-161.

DOLL JR, W. E. **Currículo:** uma perspectiva pós-moderna. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto alegre: Artes Médicas, 1997.

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Global, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição; GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro Franco. **Questões de método na construção da pesquisa em educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, Nilma Lino et al. **Identidades e Corporeidades Negras:** Reflexões sobre uma experiência de formação de professores/as para a diversidade étnico-racial. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: _____. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v.12, n.1. pp. 98-109, jan./abr. 2012.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2012.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças – O Multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

GONÇALVES e Silva. Movimento negro e educação. In: **Educação como exercício da diversidade** – Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito**. In Novos Estudos. São Paulo, n° 61, novembro de 2001, p. 147-162.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora34, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG / Brasília: UNESCO, 2003.

HOOKS. Bell. **Olhares Negros. Raça e Representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade. In M. G. C. Jacques (org.). **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.159-167.

_____. Identidade e trabalho. In: CATTANI; A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

MACEDO, João Heitor Silva. **Cultura, educação e ensino de história. Combate ao racismo: narrativas sobre a lei 10.639/03**. Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2019.

MATTOS, Hebe. **O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil**. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. **Terras de quilombo: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro**. In: LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Júnia F. (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo**. 1.ed. Belo Horizonte: Annablume, 2003. v.1.

_____.; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo, família, trabalho e cidadania no pós-Abolição**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MELHY, J. C. S. B. **Manual de História oral**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio B.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2013;

MOURA, Clóvis (1989). **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989;

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. 3.ed. São Paulo: São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MUNANGA, Kabenele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia, **Cadernos PENESB**, n. 5, pp. 15 – 34; 2000.

_____. “Ação Afirmativa em benefício da população negra”. In: **Universidade e Sociedade**. Revista do Sindicato ANDES Nacional, nº 29, março de 2003. pp.46-52.

_____. **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. revisada. – Brasília: MEC/ SECAD- Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade Nacional versus Identidade Negra. 2. ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, O. V. de & Miranda, C. (2004). Multiculturalismo crítico, relações raciais e política curricular: a questão do hibridismo na Escola Sara. **Revista Brasileira de Educação**. n. 25, jan./abr., p. 67-81.

PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou desconstruindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato pós – Lei nº 10.639. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.21, 2008, pp. 21-43.

PEREIRA-PEREIRA, P. Do Estado Social ao Estado antissocial. In: PEREIRA-PEREIRA, P. et.al. **Política social, trabalho e democracia em questão**. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2009.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PIMENTEL DA SILVA, M. S.; MENDES ROCHA, L. Educação **bilíngue intercultural entre povos indígenas brasileiros**. Revista UFG, Ano VIII, nº 2, dez. 2006. p.100-105.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113- 128, jul./dez. 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

RAMOS, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, 35, 2, 155-178.

_____. (2007). Interculturalidade, Educação e Desenvolvimento – O caso das crianças migrantes. **Actas do Colóquio Internacional Interdisciplinar - Eu e o Outro**. Porto, (30-31 outubro 2006).

SÁ, Maria Roseli G. de. **Pontos sobre Currículo Escolar**. Material didático utilizado na disciplina EDC 283: Currículo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Departamento de Educação I, 2008.

SACRISTÁN, J.G. Currículo e Diversidade Cultural. In: MOREIRA A.F. & SILVA, T.T. (Orgs.). **Territórios Contestados- o Currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. A instituição escolar e a compreensão da realidade: o currículo integrado. In: SILVA, L. H. DA et al. **Novos mapas culturais novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

_____. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

SEYFERTH, G. ET al. **Racismo no Brasil**. São Paulo: ABONG, Ação Educativa, ANPED, 2002. p. 17-44.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: autêntico, 2002.

_____. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: SECAD, 2005.

SILVA, Francisco Diogo da. **“Somos todos África”**: vivências pedagógicas da lei 10.639/03 na educação básica do distrito de Cuncas - Barro Ceará. 2020. 156f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2020.

SOARES, Josevandro Chagas. O currículo escolar e os atos de currículo: contribuições no processo de formação de identidades. **ESPAÇO DO CURRÍCULO**, v.6, n.1, p.7-19, janeiro a abril de 2013.

SODRÉ, Muniz. **Claro e Escuros** - identidade, Povo e Mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, I. **A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano sustentável do semiárido brasileiro**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.



APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

(A ser utilizado pelos pais/responsáveis pelos alunos menores de idade)

(Elaborado de acordo com as Resoluções N° 466/12 e 510/2016 do CNS)

O(A) seu(ua) filho(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **“APLICABILIDADE E APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO DE CUNCAS, BARRO, CEARÁ”**, mestrando regularmente matriculada no Curso de Mestrado em História do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), sob a orientação do Prof. Drº. Élio Chaves Flores.

O presente estudo tem como objetivo geral: analisar as vivências dos estudantes a partir do seu protagonismo na aplicabilidade do projeto “Eu, tu & nós: somos todos África” realizado na instituição municipal Professora Catarina Tavares em 2019 até os dias atuais. e como objetivos específicos: discutir o ensino de História apresentando estratégias e iniciativas que contribui o desenvolvimento de aplicabilidades em torno da lei 10.639/03; problematizar os desdobramentos e avanços dos movimentos sociais negros pelas conquistas no sistema educacional brasileiro e ressaltar a importância da formação continuada dos educadores; analisar as entrevistas concedidas pelos estudantes na vivência da aplicabilidade “Eu, tu & nós: somos todos África”, em 2019.

Justifica-se o presente estudo por se tratar de uma pesquisa que irá contribuir com as discussões a respeito da importância do estudo da lei 10.639/03 na formação intelectual dos sujeitos que participara do projeto pedagógico. Aproveitar a fala e as experiências dos alunos é considerá-lo sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, não mais como um receptor de informações prontas, mas como um sujeito que pode contribuir para a construção do conhecimento.

A participação do seu(ua) filho(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): o uso de questionário, de entrevista semiestruturada, de observação participante e de atividade de proposta didática.

Caso o seu(ua) filho(a) decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da participação do(a) seu(ua) filho(a) são considerados mínimos, limitado à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário, para que isso não venha a ocorrer, será escolhido um local privado sem a presença de pessoas alheias ao estudo, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada. Apesar disso, seu(ua) filho(a) terá assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados deste estudo estarão à sua disposição quando finalizado. O nome do(a)

seu(ua) filho(a) ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resoluções nº. 466/2012 e 510/16 ambas do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o nome do(a) seu(ua) filho(a) será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de seu(ua) filho(a) implique em algum tipo de despesa, a mesma será ressarcida pela pesquisadora responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para que meu(inha) filho(a) possa dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem dos mesmos nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma via deste documento, assinada por mim e pela pesquisadora responsável, como se trata de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pela pesquisadora responsável quanto por mim.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de 202__.

Pesquisadora Responsável

Responsável pelo(a) Participante da Pesquisa

Testemunha

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar a pesquisadora responsável, o CEP e a CONEP:

Pesquisador Responsável: Prof.^a Maria José

Endereço da Pesquisadora Responsável: Rua, 565, casa 102, Jardim Camboinha – Cabedelo-PB
- CEP: 58.003-000 - Fones: (83) 9 0000-0000 - E-mail:@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com. Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Bairro Asa Norte, Brasília-DF – CEP: 70.719-040 – Fone: (61) 3315-5877 – E-mail: conep@saude.gov.br

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com “múnus público”, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado

para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa.

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALUNO(A):

Identificação do perfil do(a) participante:

Idade: _____ sexo () Feminino () Masculino

Ano que está cursando: _____

Como você se considera? () Branco(a) () Negro(a) () Indígena () mulato(a)

Religião? () Católica () Protestante () Matriz africana () Nenhuma

Prezado participante,

Esta entrevista é parte da metodologia de pesquisa planejada para fomentar questões relevantes a análise do projeto “Eu, tu e nós: somos todos África” realizado no ambiente escolar da Escola da Rede Municipal Professora Catarina Tavares, em 2019 e que agora terá sua contribuição na pesquisa do Mestrado em História intitulado “Práticas educativas e aplicabilidade da lei 10.639/03 no ensino de história da educação básica do distrito de Cuncas-Barro (CE)”

Para contribuir com a minha pesquisa, preciso que você responda as questões listadas abaixo:

- 1 – Como foi a sua vivência dentro do projeto pedagógico “Eu, tu e nós: somos todos África”?
- 2 – Após a culminância do projeto você ainda vivenciou algum estudo, projeto ou atividade desenvolvida pelos professores tendo a lei 10.639/03 como referência?
- 3 - Os professores sempre trabalham esses conteúdos?
- 4 - Conhecer a história e a cultura africana, afro-brasileira e indígena têm contribuído a ter orgulho de sentir parte desses grupos étnicos?
- 5 – Você já vivenciou uma ação preconceituosa e racista no ambiente escolar logo após o desenvolvimento do projeto?
- 6 – Quais seus desejos para o mês da consciência negra?
- 7 – Quais os pontos negativos e positivos do projeto ao qual vivenciou na prática e na teoria?
- 8 – Qual sua opinião sobre o governo de Bolsonaro em relação às ações públicas em torno da população negra e a educação no Brasil?
- 9 – Como foi vivenciar a pandemia fora do espaço do escolar? Quais os desafios enfrentados durante seus estudos?
- 10 – Como a escola aborda com os estudantes a questão do racismo e da luta antirracista?

Data: _____

Muito obrigado pela sua participação.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Eu, _____ concordo em participar da pesquisa intitulada “Aplicabilidade e aplicação da lei 10.639/03 no ensino de História da Educação Básica do distrito de Cuncas, Barro, Ceará” participando das atividades propostas pelo pesquisador Prof. Francisco Diogo da Silva.

Declaro que estou informado (a) sobre os objetivos da pesquisa e ciente de que a finalidade é estritamente acadêmica, com propósito educacional, bem como do comprometimento do pesquisador em não utilizar informações para outro fim que não o científico, da responsabilidade em assegurar a privacidade dos participantes, usando nomes fictícios nos textos produzidos na pesquisa e da postura ética para com os participantes.

Diante do exposto, autorizo o uso de informações, imagens e gravações registradas no processo da pesquisa, para fins de redação da dissertação de mestrado, publicação de artigos científicos em congressos e/ou revistas científicas e capítulos ou textos integrais de livros.

Fica acordado que poderei desistir de participar da pesquisa em qualquer fase da mesma.

Assino este termo de consentimento, em duas vias, ficando com uma cópia do mesmo.

Assinatura do(a) participante

Declaro que recebi de forma voluntária e apropriada o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deste entrevistado (a), para participação nesta Pesquisa.

 Ass. do Orientador
 Dr. Élio Chaves Flores

 Ass. do Pesquisador
 Francisco Diogo da Silva

_____, ____/____/ 2023.

APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E GRAVAÇÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E GRAVAÇÕES – TAIG

Eu _____, diretora da Escola Municipal Professora Catarina Tavares, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos e resultados da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de imagens e ou gravação, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador do projeto de pesquisa intitulado: “Aplicabilidade e aplicação da lei 10.639/03 no ensino de História da Educação Básica do distrito de Cuncas, Barro, Ceará” a realizar as imagens e gravações referentes a esta Unidade escolar que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros para as partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas imagens e/ou gravações para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisa acima especificada.

Assinatura da diretora

Pesquisador responsável

_____, ____/____/ 2023.